

REVOLUÇÃO PERMANENTE



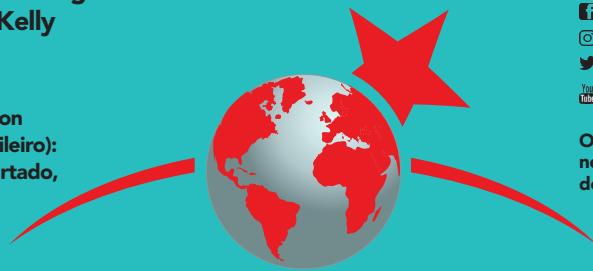
PARTIDOS ANTICAPITALISTAS AMPLOS QUE FAZER?

REVOLUÇÃO PERMANENTE

Diretor: Alejandro Bodart

Comitê Editorial: Imran Kamyana – Ezra Otieno
Oleg Vernyk – Sergio García – Douglas Diniz
Rubén Tzanoff – Verónica O’Kelly

Edição: César Latorre
Arte e Diagramação: Tamara Migelson
Tradução e Revisão (Português brasileiro):
Alessandro Fernandes, Giuliano Furtado,
Neide Solimões e Vera Coimbra



Nossas Redes:
www.lis-isl.org/pt
E-mail: ligainternacionalsocialista@gmail.com
Facebook: [Liga Internacional Socialista](https://www.facebook.com/LigaInternacionalSocialista)
Instagram: [@ligainternacionalsocialista](https://www.instagram.com/ligainternacionalsocialista)
Twitter: [@isl_lis](https://twitter.com/LigaInternacionalSocialista)
YouTube: [Liga Internacional Socialista \(LIS\)](https://www.youtube.com/LigaInternacionalSocialista)

Os artigos e reportagens não expressam necessariamente as posições da LIS, mas sim de seus autores.



la montaña
EDICIONES SOCIALISTAS
Perú 439 1º
Buenos Aires
Argentina, C.P. 1067

- | | |
|--|--|
| <p>3 Partidos anticapitalistas amplos. Tática ou estratégia?</p> <p>6 Argentina após a vitória de Milei: qual estratégia para a Frente de Esquerda?</p> <p>10 PSOL: balanços e perspectivas para o reagrupamento revolucionário no Brasil</p> <p>14 Zohran Mamdani em Nova Iorque: boas intenções não são suficientes</p> <p>18 DSA: uma ponte para um partido independente ou uma ala esquerda dos democratas?</p> | <p>20 Die Linke: a caminho de um partido que organize a classe?</p> <p>24 Reino Unido: Your Party tropeça antes mesmo de começar</p> <p>27 Your Party e a luta por uma política da classe trabalhadora</p> <p>31 Secretariado Unificado: da Liga Comunista ao NPA, a história de uma deriva</p> <p>40 Palestina: dos acordos enganosos à unidade histórica da atual luta pela libertação</p> <p>45 Declaração Internacional: Por uma Palestina livre, do rio ao mar. Não ao acordo enganoso de Trump e Israel!</p> |
|--|--|





Partidos anticapitalistas amplos TÁTICA OU ESTRATÉGIA?

POR ALEJANDRO BODART

A ascensão da extrema direita e a rejeição provocada em setores significativos da população, o aprofundamento da crise das opções “progressistas” e a fragilidade das forças conscientemente revolucionárias, estão revitalizando amplas expressões anticapitalistas em alguns países, reativando o debate sobre como nós, revolucionários, devemos agir nesses tipos de organizações.

Esta nova edição da *Revolução Permanente* dedica-se à análise de algumas dessas experiências e ao fornecimento de coordenadas para tentar alcançar uma intervenção correta, com as melhores táticas e orientações para fortalecer nossa estratégia: a construção de fortes partidos revolucionários nacionais e a Internacional.

Há pouco mais de dez anos, uma das *grandes organizações anticapitalistas* que gerou maior entusiasmo foi o Syriza, na Grécia, mas acabou ruindo ao chegar ao poder e traiu o mandato popular. Na época, houve um debate interminável sobre a validade da participação de organizações revolucionárias ligadas ao trotskismo nessa experiência e

quais deveriam ser seus objetivos, como deveriam operar internamente e quais as limitações. Tirar as melhores conclusões desse e de outros processos semelhantes que emergiram com o novo século é fundamental para nos guiarmos no presente e no futuro.

As origens desses tipos de partidos são diversas, mas todos compartilham algumas características comuns: são organizações que surgem à esquerda da social-democracia ou da centro-esquerda tradicional e, em alguns casos, dos partidos comunistas stalinistas. Geralmente emergem em tempos de crise e convulsão social, com um programa reformista radical que desafia o sistema capitalista não para destruí-lo, mas para reformá-lo, e conseguem, por um tempo, atrair setores significativos do ativismo e influenciar parte considerável da população.

Além da coligação de esquerda grega, nos últimos anos assistimos ao crescimento e posterior colapso de várias dessas experiências, como o Podemos, na Espanha, o Bloco de Esquerda, em Portugal ou o NPA na França, para citar alguns exemplos.

No Brasil, participamos do sucesso que representou a fundação do PSOL, quando o PT passou, de bagagem e tudo, ao campo da burguesia e agora, anos depois, estamos testemunhando a ace-

lerada adaptação do PSOL ao atual governo Lula.

Estamos também testemunhando o ressurgimento de organizações que pareciam mortas, como o Die Linke na Alemanha, que está novamente atraindo as juventudes como resultado da polarização existente no país com a ascensão das forças neofascistas.

Em Nova Iorque, o surgimento de Zohran Mamdani e as mobilizações massivas em todos os Estados Unidos contra Trump podem reoxigenar o DSA, organização de esquerda que opera dentro do Partido Democrata.

No Reino Unido, a possibilidade de surgimento de um novo partido desse tipo está em curso, decorrente da cisão e do chamado à construção por importantes figuras públicas do Partido Trabalhista, o que permitiria ao *partido começar a superar o obstáculo que historicamente representou* para o avanço da consciência da classe trabalhadora inglesa.

A Frente de Esquerda e dos Trabalhadores - Unidade (FIT-U) da Argentina destaca-se por seu programa e composição. Há vários anos, vem ganhando força significativa entre trabalhadores e jovens, mas não conseguiu evoluir de uma frente eleitoral para um grande *partido de tendências*. Isso a impede de superar um teto autoimposto e de dar um salto significativo na organização de dezenas de milhares de pessoas, o que lhe permitiria tornar-se uma alternativa viável ao poder.

QUE FAZER?

A primeira coisa a aceitar é que não existe uma receita única que possa ser aplicada em todos os momentos e lugares. Nossa estratégia é construir um partido revolucionário e impulsionar a classe trabalhadora em sua organização e mobilização até derrotarmos a burguesia e abrirmos caminho a um governo operário. Para alcançarmos isso, devemos estar abertos a todos os tipos de iniciativas e táticas que nos permitam avançar em direção a esses objetivos, rejeitando tudo o que nos afaste do nosso norte.

Devemos debater cada caso e definir nossa orientação, partindo da situação concreta da luta de classes, da magnitude e natureza dos fenômenos de massas que ocorrem e da realidade de nossa própria capacidade de levar adiante essa ou aquela orientação.

Rejeitamos a orientação de algumas correntes que fizeram dos partidos anticapitalistas amplos

uma estratégia permanente, bem como daquelas que sempre rejeitam, por princípio, a participação nesses tipos de experiência.

Os primeiros, como o Secretariado Unificado, fetichizam os partidos amplos e abandonam, ou adiam indefinidamente, a construção de um partido revolucionário. Como duvidam da possibilidade de desafiar a burguesia pelo poder, já não veem necessidade de construir partidos leninistas.

Os últimos, onde se encontram muitas organizações que se dizem trotskistas, sofrem da doença *infantil* que Lenin tão bem descreveu e recusam-se a ter táticas que, se bem aplicadas em determinados momentos, podem ser úteis para extrair o melhor do ativismo reformista e construir os nossos partidos.

Para os revolucionários, a participação nesses tipos de partidos deve ser uma questão tática. Se participarmos, não devemos perder de vista o fato de que nosso envolvimento tem prazo de validade, pois, após um período de crescimento, que podemos definir como positivo, o caráter de classe da direção e o programa reformista dessas organizações fazem com que acabem se adaptando à ordem burguesa, e esse processo se acelera à medida que aumenta a possibilidade de chegarem ao poder.

Uma condição fundamental, caso decidamos taticamente ingressar nessas organizações, é jamais perder nossa independência política e organizacional, visto que nosso objetivo deve ser reunir militância em torno de nossa corrente e travar todas as batalhas necessárias contra o rumo reformista da direção, preparando-nos para sair quando a realidade nos obrigar a fazê-lo.

O Syriza, por exemplo, durante seu período de ascensão, conseguiu unir a vanguarda do movimento de massas. Foi válido, naquele momento, considerar a adoção de uma tática para tentar atrair uma corrente revolucionária para o seu seio. Não foi errado que as correntes revolucionárias entrassem nessa experiência, o errado foi abandonarem sua independência política e seguiram cegamente Tsipras e sua corrente majoritária reformista. Aqueles que apenas denunciaram o Syriza de fora do processo, em vez de avançarem, passaram despercebidos e aprofundaram a marginalização.

O PSOL e o NPA compartilhavam uma característica comum: ambos surgiram da iniciativa de forças trotskistas. Participar dessas experiências foi um passo positivo, pois, por um tempo, possibilitou um progresso organizacional e político signifi-

cavito em ambos os países. Infelizmente, o caminho equivocado tomado por suas direções levou ao declínio final de ambos os movimentos.

A direção original do PSOL abriu gradualmente as portas às correntes reformistas a fim de “aumentar a força eleitoral do partido”. No fim, os reformistas se tornaram majoritários, forçando uma capitulação ao governo capitalista de Lula. O PSTU, que permaneceu à margem desde o início desse processo, cambaleou de crise em crise, justamente por causa de sua política sectária sobre um fenômeno que conseguiu unir politicamente setores de massas. Resta saber se, após sua mais recente ruptura, a LIT-QI “verdadeiramente” mudará e se abrirá, não ao PSOL — que está se perdendo —, mas para se tornar parte de um novo reagrupamento de revolucionários.

O LCR francês tomou a iniciativa de fundar o NPA, mas cometeu o erro de se dissolver e, diante das primeiras derrotas eleitorais, adotou uma política cada vez mais reformista, criando divisões e perdas de membros, até que finalmente o partido entrou em colapso.

Fazer um balanço de todas essas experiências e analisar com profundidade aquelas que ainda existem é fundamental para tirar conclusões úteis e agir nos fenômenos semelhantes.

A ruptura com o Partido Trabalhista de Corbyn e Zultana no Reino Unido, e o chamado à criação

de um novo partido, caso se concretize, representará uma grande oportunidade aos revolucionários ingleses, desde que não caiam no sectarismo infantil ou no oportunismo senil e consigam implementar uma tática ousada sem perder de vista a estratégia.

A FIT-U é uma ferramenta extraordinária, mas enfrenta uma encruzilhada: ou avança, rompendo com as limitações eleitorais impostas pelo PTS (Fração Trotskista-QI) e se transforma em um partido unificado, que, com funcionamento democrático, se concentre em intervir na luta de classes e organizar as centenas de milhares que nos seguem, ou a atual estagnação terminará em retrocesso.

As análises sobre a Argentina, o Brasil, Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha e França nesta nova edição de nossa revista *Revolução Permanente* são uma contribuição ao que está acontecendo e para abrir o debate, com todo o ativismo de esquerda e além, sobre como aproveitar as oportunidades que surgem.

Também nesta edição, como nas anteriores, incluímos um suplemento sobre a Palestina, apresentando considerações sobre o acordo fraudulento imposto por Trump, como continuamos construindo a mobilização de solidariedade e nossas propostas para avançar a uma *Palestina livre, do rio ao mar*, e um *Oriente Médio socialista*. 

Rumo ao III Congresso da LIS

Organizado para a primeira quinzena de dezembro, o congresso ocorrerá em meio às crescentes tensões interimperialistas, conflitos regionais e profunda polarização social. Nesse contexto, destacam-se processos cruciais, como a causa palestina — que despertou imensa solidariedade global — e a resistência do povo ucraniano contra a invasão imperialista russa, que já dura quatro anos.

A LIS chega a este congresso com um crescimento significativo: novas seções na Europa e nos Estados Unidos, e uma presença reforçada na África e na Ásia. Este novo Congresso refletirá uma representação mais ampla e qualitativamente superior, com delegações de países dos cinco continentes.

O mais significativo é que o III Congresso expressará a confluência de diferentes tra-

dições revolucionárias, um verdadeiro salto onde a unidade revolucionária não é apenas necessária, mas possível.

Este passo reforçará um chamado ao reagrupamento das forças a fim de confrontar um sistema em declínio. A LIS avança convicta de que profundas mudanças globais exigem uma Internacional capaz de sintetizar diversas experiências e forjar uma nova tradição, que transcenda aquelas que atualmente vivenciam crises e rupturas, resultados da incapacidade de compreender o momento histórico que atravessamos, os desafios do nosso tempo e como responder aos novos fenômenos.

Como de costume, a próxima edição da *Revolução Permanente* será dedicada à publicação dos principais debates e conclusões abordados nesse importante congresso. 

Qual estratégia para a FRENTE DE ESQUERDA?



POR SERGIO GARCÍA

A velocidade, as mudanças permanentes e as reviravoltas políticas que ocorrem na Argentina, às vezes, surpreendem. É o que vivenciamos agora. Vejamos um resumo dos fatos que, entre altos e baixos, vêm marcando a etapa Milei.

Ainda não se passaram dois anos desde a chegada de Javier Milei ao poder, derrotando as forças políticas tradicionais, após o cansaço da população com governos de ajustes, incluindo o peronismo. Apoiado por uma alta popularidade inicial, Milei tentou construir uma estrutura política para mudanças profundas, favoráveis ao poder econômico pró-imperialista, com um regime autoritário e repressivo, com leis impopulares sociais e econômicas. Em 2024, conseguiu avanços parciais com o apoio do imperialismo e da maioria da oposição burguesa no parlamento, facilitando seus projetos,

enquanto a burocracia sindical do peronismo permitiu a aprovação do ajuste.

No início de 2025, tudo começou a se complicar e se abriu uma dinâmica de possível queda, como se fosse um castelo de cartas. Vivemos meses de uma conjuntura política que evidenciava a decadência do regime de Milei, combinando-se três fenômenos: as crises econômica, política e social que afetou o governo de forma conjunta, deixando-o em seu pior momento. Uma maioria vivendo na penúria e com baixos salários. A população testemunhando fatos notórios de corrupção do presidente, sua irmã e seu principal candidato em Buenos Aires, relacionado ao narcotráfico. Somado a isso, a resposta social, que conquistou nas ruas, algumas vitórias parciais contra o ajuste, dos trabalhadores da saúde e da universidade, símbolos sociais que a população defende e que Milei acreditava poder derrotar.

A crise do governo se manifestou em setembro com uma forte derrota eleitoral, na estratégica

província de Buenos Aires. Acompanhando sua deterioração política, queda de popularidade e as pesquisas demonstrando que Milei era cada vez mais rejeitado, seus aliados no parlamento começaram a abandoná-lo, fazendo com que perdesse votações decisivas.

A crise obrigou Trump a socorrê-lo antes que tudo desmoronasse. Testemunhamos uma mudança e uma submissão ao imperialismo estadunidense, como nunca vistas antes: os EUA decidem as medidas, as informam e intervêm diretamente no mercado de valores do país. Ofereceram milhões a Milei, sob a condição de que ganhasse as eleições. Isso significou um salto qualitativo na perda de soberania: mais endividamento e negócios futuros dos ianques no país, que tornarão pior a situação do plano econômico, que já respira com a ajuda de aparelhos.

Foi nesse contexto crítico que, **em 26 de outubro, foram realizadas as eleições nacionais, evidenciando uma nova mudança**. quando, contra todas as previsões da mídia burguesa, consultorias privadas e pesquisas, para surpresa do governo e também do peronismo, houve uma reviravolta inesperada: Milei obteve uma vitória nacional, ganhou em 15 províncias e na estratégica província de Buenos Aires, onde havia perdido um mês antes. Obteve 40% dos votos nacionais e, assim, deu um salto em seu bloco de Deputados e Senadores.

MOTIVOS E CONSEQUÊNCIAS DA VITÓRIA LIBERTÁRIA

Sua vitória **muda as tendências e abre uma nova conjuntura**, onde Milei se reoxigena, com o apoio dos EUA, aproveitando o profundo desgaste do peronismo e de outros opositores, incapazes de vencer ou ter apoio social. Milei venceu, entre outros motivos, pela continuidade da crise dos principais partidos do regime, em particular, do peronismo, incapaz de virar o jogo. Diante da descrença, ficou evidente a existência de um setor importante à direita e outro setor que, entre o apoio dos EUA ou o caos, optou, com falsas ilusões e atraso político, por acreditar que assim poderia haver alguma tranquilidade.

Agora Milei relança seus planos reacionários. Projetos de reforma trabalhista escravista, reforma das aposentadorias com aumento da idade mínima para 70 anos, reforma tributária para que, os têm mais, paguem menos, reforma penal para criminalizar e punir os pobres e os que lutam. Tudo com

base em sua vitória eleitoral, no apoio imperialista e burguês, no papel nefasto da oposição e da burocracia sindical e na falta de revolta social nas ruas. Milei tem alguns meses para tentar avançar.

Esta complexa situação não pode ser minimizada e, ao mesmo tempo, possui efeitos contrários que farão com que, também, nada seja fácil para o governo. Tratou-se de uma eleição com a menor participação desde o retorno à democracia em 1983, 32% da população não foi votar, cansada de todos os partidos. Isso significa que Milei é apoiado por uma faixa social importante, mas, um pouco menor que 30% da população. Não é uma maioria social, é em primeiro lugar, uma minoria importante, mas não é uma maioria.

Para sua ofensiva, duas realidades entrarão em ação: milhões que vivem mal e odeiam o governo, manterão seu descontentamento social, o que **pode ser um motor para novos processos de luta que talvez cresçam gradualmente**, processos que impulsionamos e organizamos com os de baixo. Combinado com um plano econômico frágil, instável, de queda da produção e do consumo, de escassas reservas em dólares e enormes pressões para pagamentos da dívida externa em 2026, as perspectivas não serão tranquilas nem normais. O governo, entretanto, marcou um ponto e tentará aproveitá-lo, em um contexto que abre hipóteses de conflitos e problemas que a luta de classes resolverá.

O ESPAÇO DA FRENTE DE ESQUERDA E SEUS LIMITES

Durante esses anos, consolidou-se um espaço político à esquerda que, nas eleições, é capitalizado pela Frente de Esquerda e dos Trabalhadores - Unidade (FIT-U), coalizão que integra diferentes partidos, entre eles o MST, seção da LIS. A existência de uma frente de unidade da esquerda no plano eleitoral é um ponto de apoio às lutas políticas e à conquista de bancadas de deputados de esquerda. O regime capitalista não conseguiu eliminar a presença da esquerda anticapitalista e socialista no parlamento nacional e nas legislaturas provinciais. Lá, usamos a posição conquistada para apoiar processos de luta e apresentar propostas alternativas aos partidos do sistema. Nas recentes eleições, obtivemos 4% nacional, cerca de 1 milhão de votos e 3 deputados nacionais, onde duas companheiras do MST farão parte: Ana Paredes Landman, por Buenos Aires e Cele Fierro, pela Capital do país. A

votação ratifica o aspecto positivo de que a FIT-U pode resistir à polarização e consolidar seu espaço político-eleitoral. É uma base importante e, embora esteja perto de seu limite, também não consegue dar um salto.

O espaço político reflete um modelo de FIT-U que condensa uma dupla realidade: mostra um valor eleitoral consolidado, embora não consiga dar um salto maior e ir além disso. Mas, se não consegue avançar qualitativamente, nem nas eleições, nem na intervenção comum na luta de classes, é por causa dos limites de um formato eleitoral que obstrui objetivos superiores de caráter não eleitoral.



Javier Milei e
sua irmã Karina

Romper os limites eleitorais e enfrentar uma mudança de qualidade é decisivo, há uma estagnação da frente e isso não contribui para arrancar mais setores da base do peronismo, que busca se reinventar, para evitar que setores venham para a esquerda. É urgente uma mudança para que a FIT-U retroceda, já que não avança. Não avançar é ainda pior na perspectiva de um mundo e de um país que, mais cedo ou mais tarde, caminhará a uma maior polarização social e política, crises e novas reviravoltas em sua situação.

As forças que, junto ao MST, compõem a FIT-U, são: o PTS (FT-QI), com posições eleitorais que combinam sectarismo e oportunismo; Partido Obrero, uma corrente nacional-trotskista de lógica sectária e fechada; Izquierda Socialista (UIT-QI), de marcado dogmatismo e menor desenvolvimento e inserção. Todos os integrantes vêm do trotskismo, sendo partidos que nestes anos não tiveram nenhuma proposta para superar o estágio atual de ser apenas uma frente eleitoral. **Um considerável erro político, que reflete certa comodidade parlamentar e estratégias equivocadas.** Atuamos em unidade com essas organizações, com base em

acordos políticos, sempre que possível, sabendo que há diferenças importantes de estratégia e de política. O fato de apenas o MST ter se proposto a superar o formato de frente eleitoral e, enfrentar um eleitoralismo que enfraquece, é um exemplo das outras estratégias equivocadas.

Essas diferenças fazem parte de um problema de caráter internacional, onde suas correntes atuam. A França é um exemplo, onde a seção da FT-QI, *Révolution Permanente*, enfraqueceu a unidade da esquerda anticapitalista e socialista junto à ala esquerda do NPA. Preferiu se afastar sozinha e depois, continuar negando uma possível confluência com o NPA-Revolucionário. Por trás desses erros políticos, escondem-se debates profundos e teóricos. O PTS tem se adaptado às concepções políticas, em alguns casos, gramscianas, em torno da acumulação de posições como centro, pela impossibilidade de fazer algo superior. Essa concepção incorreta, em nossa opinião e muito discutível, é compreensível na vida de Gramsci, que a elaborou em um contexto carcerário e sob o fascismo, mas na atualidade, é prejudicial, desarma para construir aos trancos e barrancos, não aproveitando as oportunidades e fica sem políticas ousadas para disputar setores das massas, em meio a grandes crises.

DEBATES EM CURSO: PARTIDO COMUM DA FIT-U, PT, POR ONDE COMEÇAR?

O PTS mudou recentemente sua posição sobre a FIT-U ao publicar uma proposta: construir um Partido dos Trabalhadores. Faz isso em um momento em que, fora do FIT-U, não existem correntes operárias que proponham esse caminho, o que complica sua implementação. Para que surja um Partido dos Trabalhadores, é necessário que haja um impulso de um setor operário independente, com certa importância, algum setor sindical que, sem ser estritamente anticapitalista ou socialista, se proponha a organização política e a dar passos fora das forças patronais. Em países onde tal processo poderia ocorrer, é muito bom ter uma política para aprofundar esse caminho, é positivo que setores operários avancem em direção à organização política, sem se vincular aos partidos capitalistas. No entanto, não é o caso da Argentina no momento atual, em que nenhum setor operário independente se propõe a isso.

Valorizamos que haja novas propostas e queremos debater com o PTS a necessidade de avançar

em direção a um grande Partido dos Trabalhadores, consideramos positivo trocar ideias sobre essa necessidade. A questão em pauta é, que o PTS diga como é possível que essa proposta se torne real e com quais passos. Nós os convidamos a unir todo o debate e colocamos nossa proposta, que aponta para o mesmo objetivo, afirmando que ela poderia ser realizada agora, se chegássemos a um acordo. Como os partidos que compõem a FIT-U são correntes socialistas e operárias, a frente tem expressões classistas, que podem desempenhar um papel fundamental nos primeiros passos rumo a um grande Partido Revolucionário dos Trabalhadores, onde o trotskismo tenha o papel dirigente.

POR UM PARTIDO COMUM COM LIBERDADE DE TENDÊNCIAS

Nós do MST, defendemos que podemos fazer agora mesmo na FIT-U. Nós, revolucionários, temos um método sério e somos concretos como a classe trabalhadora. Por isso, propomos aos companheiros do PTS e a todos os que hoje estão na FIT-U, que convoquem e organizem reuniões para darmos os primeiros passos rumo à formação de um grande partido comum entre aqueles que integram a frente. Isso não vai contra a proposta de um PT, ao contrário, expressa um salto na mesma direção. Todos nós somos correntes operárias e socialistas, uma unidade política maior entusiasmaria setores antiburocráticos e referências sociais. Seria uma base para que, à medida que surgissem correntes que se propusessem à organização política, não partíssemos do zero, mas do acumulado da FIT-U, sempre abertos a integrar outros fenômenos positivos, operários e classistas.

Propomos que o esquema limitado da frente eleitoral seja superado por outro formato. Propomos que os partidos da frente construam um partido comum de tendências, de correntes internas organizadas democraticamente, onde sejamos parte de uma organização que atue por acordos e um funcionamento democrático, onde as posições sejam decididas pelas relações de forças que surjam da realidade sobre cada situação, sem que ninguém perca sua identidade ou liberdade de expressar suas ideias. Um partido comum que debata coletivamente como intervir em fatos políticos, em processos da luta de classes e lute pela direção sindical e estudantil. Que dispute em todos os campos, contra a burocracia e os partidos do regime.

Também propomos, com o programa anticapitalista e socialista de nossa frente, convocar e canalizar a participação de dirigentes antiburocráticos, intelectuais de esquerda, referências sociais, personalidades independentes, trabalhadores e jovens eleitores da frente e participantes de nossas listas nas eleições. Abrindo canais de participação ativa e funcionamento político real, que permitam intervir de forma conjunta, em todos os planos da luta política e de classes. Apoiados nos acordos que temos e debatendo nuances e diferenças, diante da classe trabalhadora e da juventude.



Estamos em uma encruzilhada: ou a FIT-U adota uma estratégia revolucionária à altura de organizar politicamente milhares de pessoas, ou corre o risco de sofrer as consequências de estagnar, por não o fazer. Propomos, então, que a FIT-U convoque um Grande Congresso ou Assembleia Aberta, um evento com milhares de militantes e simpatizantes, algo muito necessário. Chega de formalidades, eleitoralismo e fechamento sectário. Vamos mobilizar milhares, dando um primeiro passo com um grande evento coletivo.

Na estratégia anticapitalista e socialista, não podemos nos limitar ao terreno eleitoral parcial, nas mãos de nossos inimigos de classe. Impulsionemos algo novo, uma política revolucionária para que a FIT-U seja uma ferramenta útil, estratégica, que contribua para a disputa pelo poder político, impulsionando a mobilização operária, popular e da juventude, por um governo dos trabalhadores e da esquerda. Para essa estratégia, o MST leva adiante essa luta política. Convidamos a todos a se unirem para fortalecer essa orientação política indispensável diante das convulsões sociais e políticas.

PSOL: Balanços e perspectivas para o REAGRUPAMENTO REVOLUCIONÁRIO no Brasil



POR VERÓNICA O'KELLY

Por que o partido foi cooptado pelo reformismo? Quais foram os erros e, acima de tudo, poderia ter sido diferente? Neste novo momento, quais tarefas se abrem para aqueles e aquelas que continuam apostando na independência de classe? A crescente adaptação do PSOL ao governo Lula-Alckmin, a existência de correntes que internamente defendem a independência de classe, como o MES, a nova crise do PSTU, são fatos que levantam uma questão: é possível iniciar um processo de reagrupamento dos revolucionários no Brasil?

UMA EXPERIÊNCIA QUE MARCOU UMA ETAPA

O Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) foi, sem dúvida, uma das experiências mais importantes da esquerda brasileira nas últimas duas décadas. Nasceu em 2004 como uma res-

posta necessária e progressiva contra a traição do Partido dos Trabalhadores que, ao chegar ao governo, virou as costas à sua base e se integrar definitivamente ao regime democrático burguês. Naquele contexto, a fundação do PSOL foi uma decisão acertada dos setores radicais,

uma aposta unitária para construir uma alternativa política de esquerda frente ao PT.

Desde então, nossa corrente, juntamente com outras correntes e militantes de diferentes tradições, confluímos nesse espaço, dando forma a um partido amplo de tendências, capaz de articular a luta eleitoral com a mobilização social. Duas décadas depois, essa experiência chegou a um ponto de inflexão. O PSOL está passando por um profundo processo de adaptação ao regime democrático burguês. O que começou como uma ruptura anticapitalista enfrentando o reformismo petista hoje se transforma, a passos acelerados, em um partido funcional ao mesmo regime que dizia combater. Analisar como se chegou a essa situação e, sobretudo, quais tarefas se abrem aos que continuam apostando na independência de classe, é uma necessidade urgente à esquerda revolucionária.

DO PARTIDO DA RUPTURA AO PARTIDO ACOMODADO AO REGIME

Ao das origens do PT, o PSOL não surgiu de um processo de irrupção das massas nem de uma dinâmica de luta de classes. Essa origem marcou um característica particular em sua estrutura: um partido essencialmente eleitoral, onde as tendências atuam como aparatos. Embora tenha havido tentativas de mudar isso, a dinâmica que se afirmou foi a de consolidação dessa característica, uma frente eleitoral estável com um funcionamento cada vez mais verticalizado.

Os exemplos são abundantes. A ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, é Deputada Federal pelo PSOL. A bancada federal do partido é base do governo, às vezes votando em medidas que atacam diretamente a classe trabalhadora, como a reforma tributária ou políticas de ajuste dissimuladas. O partido, além disso, administra fundos estatais milionários sem orientá-los para a construção de uma ferramenta revolucionária, o que reforça sua dependência ao aparato burguês. Essa política de adaptação se aprofundou em setembro de 2025, quando a Conferência Nacional aprovou um novo programa que enterrou o programa fundacional do partido, aquele que definia seu caráter anticapitalista.

Guilherme Boulos, principal figura pública do partido, recentemente integrou o governo

Lula-Alckmin ocupando a Secretaria Geral da Presidência, o que abre uma nova situação porque a cada dia que passa, a dinâmica é de mais integração ao governo e perda da independência de classe.

ALGUNS FATOS QUE NOS TROUXERAM ATÉ AQUI

Na fundação, quem dirigia o partido eram diferentes correntes revolucionárias que abriram as portas às correntes reformistas. Correntes com peso real, como o MES de Luciana Genro, uma das fundadoras do partido, desempenharam um papel decisivo. Em nome da construção de uma ferramenta mais ampla e com maior peso eleitoral, uma preocupação legítima, abriram demais o partido a setores reformistas sem estabelecer limites políticos. Essa abertura indiscriminada, as concessões sucessivas e a renúncia a estabelecer limites diante da adaptação enfraqueceram a posição dos setores anticapitalistas, permitindo que o reformismo se tornasse maioria orgânica e política. Hoje, até mesmo o MES se encontra à margem da direção, sem capacidade de frear a orientação liquidacionista que domina o partido.

Soma-se a isso os erros sectários, como o da CST (UIT-QI) de Babá, um dos setores fundacionais, com peso relevante, com um Deputado Federal e dirigindo importantes sindicatos em todo o país, por suas características sectárias e falta de atualização política para agir diante dos novos fenômenos que se abriam nas diferentes etapas, foi se isolando e ficando à margem da disputa pela direção do partido. A CST teve várias rupturas, perdeu muitos militantes, quadros e hoje é um pequeno grupo que saiu do PSOL com pouca recepção.

Infelizmente, ao longo de todo esse processo, o PSTU (seção brasileira da LIT-QI) também manteve uma política sectária. Em primeiro lugar, recusou-se a participar da construção do PSOL, uma decisão equivocada, pois sua presença teria modificado a correlação de forças nos debates que se abriram com a entrada de setores reformistas. Agindo assim, o PSTU rejeitou a possibilidade de fortalecer a ala anticapitalista, dando maior peso à disputa político-programática frente às correntes que promoviam a conciliação de classes e o eleitorismo parlamentar, em detrimento da intervenção nos processos reais de luta de classes. Durante todos esses anos, não



impulsionou nenhuma iniciativa unitária para dialogar com a importante vanguarda de esquerda que o PSOL conseguiu reunir e convocar, o que expressou na prática sua recusa em intervir nesse fenômeno político para disputar com os reformistas sua influência, uma orientação que consideramos equivocada.

UMA CRÍSE QUE EXPRESSA UM PONTO DE INFLEXÃO DO PSOL E QUE ABRE DEBATES

Ninguém pode dizer que acertou completamente. Houve erros de diferentes características que nos trouxeram até aqui. A cooptação do PSOL pelos reformistas é uma má notícia para o conjunto da esquerda revolucionária. Como também é ruim que não surja nenhum processo de reorganização ou reagrupamento por fora do PSOL. Isso nos afasta do objetivo de construir uma ferramenta revolucionária com peso de massas no Brasil.

Nossa organização, Revolução Socialista, que atua dentro do PSOL mantendo a independência política e delimitando suas diferenças e críticas em relação à direção majoritária, vem defendendo há tempos a necessidade de desenvolver iniciativas unitárias entre as correntes anticapitalistas, com o objetivo de construir um polo alternativo que se torne uma referência política visível para a vanguarda. Até o momento, apenas conseguimos acordos circunstanciais para votar resoluções ou formar uma lista para o congresso do partido, mesmo sem conseguir elaborar uma tese comum. É possível mudar isso? O MES, juntamente com as outras

correntes de esquerda do PSOL, está disposto a abrir esse debate e impulsionar ações comuns para fortalecer a ala anticapitalista do partido?

Diante da nomeação de Boulos como ministro do governo Lula, o MES publicou uma declaração na qual expressa sua rejeição a essa decisão. Apontam com acerto: *"quando temos um governo de colaboração de classes, com base parlamentar até de centro direita (como define o ex-ministro José Dirceu) o movimento de massas necessita de independência"*. Compartilhamos plenamente essa definição. Por isso, diante dessa nova situação, esperamos que o MES dê mais um passo e defina se está disposto a enfrentar a assimilação do PSOL ao governo e à política de conciliação de classes, impulsionando um processo de reorganização da esquerda no país.

Temos debates importantes com os companheiros que, infelizmente, oficializaram como membro pleno do Secretariado Unificado (SU). Essa organização internacional tem apostado sistematicamente na construção de partidos amplos como estratégia, não como tática, em detrimento da construção de organizações revolucionárias, defendendo os partidos amplos apesar dos evidentes fracassos. Os casos do NPA francês e do PSOL são exemplos disso. O MES criticou corretamente a adaptação do PSOL ao reformismo, mas para ser consequente, é necessário tirar conclusões sobre os próprios limites estruturais dos partidos amplos. Ao mesmo tempo, é fundamental definir o nível de disposição em impulsionar um processo de reorganização da esquerda anticapitalista que possa enfrentar a adaptação reformista.

O PSTU-LIT ESTÁ DISPOSTO A ROMPER COM O SECTARISMO?

A atual crise do PSTU-LIT abre uma série de questões. De acordo com a posição publicada, os principais eixos de debate que originaram a ruptura são: o fenômeno da ascensão da extrema direita; a política frente às opressões; a caracterização da China e da Rússia como potências imperialistas; a posição diante da restauração capitalista em Cuba; o balanço das elaborações sobre a Europa Oriental e o debate fundamental sobre as táticas de unidade da esquerda para “*oferecer uma alternativa de classe diante da frente ampla e do reformismo, dialogar com a vanguarda e disputar setores da classe trabalhadora*” (citação da declaração do PSTU-LIT). Na mesma declaração, a direção afirma: “*abrimos um processo de balanço da nossa própria experiência nos últimos 35 anos, encarando acertos e erros de maneira crítica e marxista*”.

Será que o PSTU está realmente disposto a romper com a política sectária que o caracterizou durante todos esses anos e iniciar um processo nesse sentido? Até o momento, a política sectária e autoproclamatória da LIT-QI em nível internacional, e do PSTU no Brasil, provocou repetidas crises e rupturas, enfraquecendo progressivamente essa corrente. A crise de 2016, que deu origem à atual Resistência, corrente que posteriormente se integrou ao PSOL e percorreu em tempo recorde o caminho da adaptação à direção reformista, significou uma perda importante de militantes, quadros e dirigentes. Na crise atual, tanto no Brasil quanto em outros países, a LIT-QI continua perdendo militância e peso político, aprofundando a dinâmica de redução e isolamento que só poderá ser revertida com uma verdadeira autocrítica e a abertura para construir a unidade revolucionária. Essa autocrítica, se traduzida em uma abertura real ao diálogo com outros setores da esquerda anticapitalista, poderia constituir uma importante oportunidade para avançar em direção a um reagrupamento de revolucionários.

É POSSÍVEL UM REAGRUPAMENTO REVOLUCIONÁRIO NO BRASIL?

A cooptação do PSOL pelo reformismo e a ausência, até agora, de um processo de re-

organização revolucionária fora do partido são, sem dúvida, obstáculos sérios. Mas esses limites podem se transformar em uma oportunidade: a de abrir um novo ciclo de debates, iniciativas comuns e reagrupamentos que permitam reorganizar as correntes e militantes revolucionários em torno de uma perspectiva anticapitalista e socialista. Porque enquanto a extrema direita avança e os governos “progressistas” se subordinam ao capital, a única saída verdadeiramente transformadora continua sendo a construção de uma ferramenta política de massas, com horizonte comunista, capaz de disputar a consciência da classe trabalhadora e oferecer uma saída socialista à barbárie do capitalismo.



Desde a Liga Internacional Socialista - LIS, impulsionamos esse debate a nível internacional, avançando na confluência de organizações de diferentes tradições revolucionárias num mesmo projeto político. Essa experiência demonstra que é possível superar a dispersão e construir uma nova referência internacional da esquerda revolucionária.

A questão que se coloca é se poderemos fazer o mesmo no Brasil: estamos dispostas, as diferentes organizações, a iniciar um processo sério de diálogo, coordenação e iniciativas comuns que estabeleçam as bases para um reagrupamento dos revolucionários no país? Não basta denunciar a adaptação do PSOL nem lamentar a dispersão da esquerda revolucionária. O desafio está lançado. Cabe a nós transformá-lo em uma possibilidade real.

BOAS INTENÇÕES NÃO SÃO SUFICIENTES



POR PETER SOLENBERGER

De acordo com as pesquisas, Zohran Mamdani deverá ser eleito prefeito de Nova York em 4 de novembro de 2025. Vencerá como o candidato com mais votos, mas, não com maioria simples. Sua página oficial resume o eixo de sua campanha: “*Zohran Mamdani concorre à prefeitura para reduzir o custo de vida dos trabalhadores nova-iorquinos*”.

Para conseguir isso, sua plataforma propõe um conjunto de reformas municipais. Entre elas, estão o congelamento dos aluguéis de apartamentos, com a estabilização dos aluguéis, o fim da tarifa de ônibus e a garantia de creches gratuitas. Tudo isso, financiado com o aumento de impostos às grandes empresas e aos ricos.

Questionado na imprensa, Mamdani se declara socialista e membro do *Democratic Socialists of America* (DSA). Entretanto, eleitoralmente, não se apresenta assim. Não menciona ser socialista nem do DSA em seu site e, em entrevistas, afirma expressamente que o programa do DSA não é o seu.

Mamdani se retratou de suas declarações mais radicais sobre a polícia e a Palestina e se descreve como um *democrata fiel*. Ele concorre às eleições com o apoio dos principais líderes do Partido Democrata, incluindo a governadora de Nova York, Kathy Hochul e de Kamala Harris, ex-candidata à presidência, além de contar com a aprovação da mídia alinhada ao partido, incluindo o *The New York Times*, e com grandes doadores, como Mike Bloomberg.

As pesquisas projetam que Mamdani obterá cerca de 45% dos votos populares. Contará com o apoio de apenas uma minoria do Conselho Municipal, um escasso apoio do governo estadual e a hostilidade do governo Trump. Como resultado, seu mandato não disporá dos recursos necessários para implementar seu programa.

A mobilização das massas poderia alterar essa correlação de forças, conquistando reformas importantes. Mas não há sinais de que Mamdani escolha esse caminho, nem que seus seguidores o façam sem ele.

Nossa posição é de que os socialistas revolucionários devem apoiar as reformas impulsionadas por Mamdani, sem apoiar sua estratégia eleitoralista, nem sua campanha dentro do Partido Democrata. Poderíamos até apoiá-lo, caso ele se apresentasse como candidato independente do DSA, em oposição aos democratas.

Devemos também construir a mobilização das massas e participar de todas as ações que surgirem. Contribuir para que os trabalhadores e jovens que se iludem e, depois se decepcionam com Mamdani, saiam dessa experiência mais decididos a lutar e com uma visão mais objetiva da independência política, necessária para a vitória.

A ESTRATEGIA ELEITORALISTA DE MAMDANI

A lógica de Mamdani não é nova e se expressa da seguinte forma: 1) para aplicar reformas, precisa ser eleito para o cargo; 2) para ser eleito, precisa se apresentar como candidato democrata; 3) para se apresentar e vencer, precisa moderar suas posições e convencer a direção do partido de que pode confiar nele.

Se Mamdani assumir como prefeito em 1º de janeiro, como é provável, seu mandato enfrentará uma situação impossível. Voltemos às três reformas mencionadas anteriormente:

O controle dos aluguéis é um tema notoriamente complexo, pois visa regular o preço da moradia sem controlar a oferta.

Os proprietários e incorporadores imobiliários contam com vários mecanismos para contornar esses controles. Geralmente, aumentam os valores dos aluguéis quando seus custos aumentam ou quando realizam supostas melhorias nos edifícios. Além disso, podem fixar os preços de mercado para as novas unidades e refazê-lo quando um inquilino se muda.



Possuem a vantagem de controlar a oferta de moradias. Podem decidir retirar do mercado as propriedades existentes ou não construir novas. Diante dessa situação, especialmente em um mercado tão restrito como o de Nova York, os conselhos de controle de aluguéis costumam recuar. Além disso, os proprietários e incorporadores fazem grandes doações aos políticos para garantir que isso aconteça.

Com uma minoria no Conselho Municipal, é possível que Mamdani nem consiga que o Conselho de Estabilização de Aluguéis congele os valores. Além disso, a legislatura estadual na cidade de Albany pode limitar o que esse conselho está autorizado a fazer, assim como, o governo Trump pode negar os fundos e garantias de empréstimos necessários para levar adiante a medida.

Sobre a política de Mamdani de *“ônibus rápidos e gratuitos”*. A gratuidade é fácil, mas a agilidade exige mais ônibus, mais motoristas e boa manutenção, e isso requer dinheiro.

Mamdani propõe que as empresas e os ricos financiem suas reformas, mas a cidade não controla esses impostos. Esses aumentos precisam ser aprovados pelo governo estadual, e a governadora Hochul já disse “não”.

Também propõe creches gratuitas e o aumento salarial dos trabalhadores do setor, igualando ao de professores de escolas públicas. São objetivos valiosos e políticas públicas positivas, mas extremamente caras, a menos que a proporção de crianças por trabalhador seja muito alta, caso em que as famílias buscarão outras opções. Mais uma vez, o problema é o financiamento.

Apesar da inevitável oposição local, estadual e federal, o movimento de massas poderia ser o responsável por impor essas reformas. Mas esse movimento não existe. Podemos pensar que a vitória de Mamdani e o bloqueio de suas reformas

o fariam aparecer em cena. No entanto, até agora não há sinais de que isso irá ocorrer.

Este é um problema fundamental do eleitoralismo. Os trabalhadores geralmente recorrem primeiro à solução relativamente fácil de expulsar os políticos em exercício e eleger novos. “Vote em mim e eu vou libertá-lo”, por mais que o candidato negue. Uma eleição, que não seja a expressão das ações das massas, resulta em um “substituísmo”.

O PARTIDO DEMOCRATA E O SISTEMA BIPARTIDÁRIO

O eleitoralismo nos Estados Unidos se expressa através do sistema bipartidário. Tanto os democratas, quanto os republicanos, são partidos capitalistas, defendem os eixos fundamentais do capitalismo. Dependem de doadores ricos, do apoio da mídia capitalista e funcionam como uma porta giratória entre empresas, governo, forças armadas, mídias de massa e o mundo acadêmico.

Historicamente, os democratas aplicam uma maior intervenção estatal na tentativa de reduzir as irracionais e desigualdades do capitalismo desregulado. Os republicanos, por outro lado, têm reduzido impostos, diminuindo os investimentos com saúde, educação e bem-estar social, com a defesa da desregulamentação, aplicação da “lei e da ordem” e a propaganda da família e da religião.

Nenhum dos dois partidos pode resolver os problemas da sociedade capitalista. A lógica, em nível federal, é uma alternância entre os dois. Os democratas ganham as eleições, aplicam políticas que decepcionam sua base e preparam sua própria derrota. Em seguida, os republicanos ganham, aplicam políticas que decepcionam sua base e preparam sua derrota. Clinton, Bush, Obama, Trump, Biden, Trump...

Em nível estadual, as costas leste e oeste tendem a ser democratas, o sul e o oeste, republicanos, e o meio-oeste está dividido. Dentro dessas regiões, as grandes cidades tendem a ser democratas, as pequenas cidades e áreas rurais, republicanas e as periferias estão divididas.

Aproximadamente 1/3 da classe trabalhadora vota nos democratas, outro terço, nos republicanos e o restante não vota. Os trabalhadores negros, latinos e mulheres tendem a votar nos democratas, enquanto os homens brancos tendem

a votar nos republicanos. Os políticos em exercício quase sempre são reeleitos. No entanto, poucos trabalhadores confiam nestes políticos, mesmo naqueles em quem votam.

Desde a década de 1980, o movimento operário recuou diante da ofensiva neoliberal capitalista. Isso leva a uma polarização política particular. O Partido Republicano girou bruscamente mais à direita com Reagan, os Bush e Trump. Este último, combina o conservadorismo republicano tradicional com a cruel estupidez do “*Make America Great Again*” (MAGA).

O Partido Democrata adotou a política neoliberal com Bill Clinton e pouco mudou com Obama e Biden. O setor à esquerda dessa polarização se expressa no descontentamento massivo, na desconfiança no sistema, nas mobilizações recorrentes, desde meados dos anos 1990 e, no apoio às reformas econômicas e sociais que alimentaram as campanhas de Sanders, Alexandria Ocasio-Cortez e Mamdani.

O problema imediato da classe trabalhadora é não ter uma representação política independente. Necessita de um partido dos trabalhadores que represente os interesses de toda a classe e lute pela igualdade política e social dos setores oprimidos. Ambas as tarefas são essenciais. Um partido que dirija as ações das massas e, ao mesmo tempo, dispute as eleições. Um partido assim poderia atrair toda a classe trabalhadora, exceto seus setores mais reacionários.

SOCIALISTAS DEMOCRÁTICOS DA AMÉRICA (DSA)

Durante muito tempo, as pesquisas mostraram um amplo apoio às políticas do New Deal¹. Bernie Sanders canalizou esse apoio em sua campanha presidencial de 2016 dentro do Partido Democrata. Trabalhadores e jovens aderiram à sua campanha, como haviam feito com Barack Obama em 2008, mas com objetivos políticos mais decididos.

Quando Trump perdeu o voto popular, mas venceu no Colégio Eleitoral, milhares de jovens descobriram o DSA na internet e se filiaram. O número de membros do DSA passou de 6 mil membros ativos em novembro de 2016, para 79 mil em janeiro de 2021. Durante o mandato de Biden, caiu para 51 mil e voltou a subir com a reeleição de Trump, atingindo 80 mil filiados na última contagem.

O DSA se moveu à esquerda. Se define como anticapitalista e socialista, esclareceu sua posição sobre

a Palestina, afastou-se do eleitorismo e concentra-se mais no movimento operário, nos direitos dos imigrantes e na solidariedade com a Palestina. A antiga direção perdeu a convenção de 2023 e foi substituída. Hoje, seu Comitê Político Nacional (NPC) conta com uma maioria nominal de esquerda.

O problema político mais urgente do DSA é romper de fato com os democratas e não apenas falar sobre a necessidade de o fazer. A maioria dos militantes apoia uma “ruptura suja”: ou seja, usar a cédula do Partido Democrata agora para preparar a independência no futuro. Na prática, isso equivale a não romper.

Antes de Mamdani, o eleitoralismo estava perdendo terreno no DSA. O sucesso de Mamdani alimentou novamente essas ilusões, reforçando a falsa ideia de que, ter um cargo, equivale a ter poder. Para superar essa ideia, os militantes do DSA deverão compreender que, o mandato de Mamdani, eleito sem que haja uma ascensão do movimento de massas, não conseguirá implementar suas reformas.

O DSA de Chicago teve uma experiência semelhante em 2023, quando o ex-professor e organizador do Sindicato dos Professores de Chicago (CTU), Brandon Johnson, foi eleito prefeito da cidade. A disputa era apartidária, então, não se colocou como um problema apoiar um democrata, mas sim, o eleitoralismo. A maioria dos militantes do DAS, que fizeram campanha por ele, acreditavam que *Johnson eleito* significava *Johnson no poder*. Em menos de um ano, essa ilusão desmoronou.

No comício “No Kings 2.0” em Chicago, em 18 de outubro, Johnson, citando a famosa observação de W.E.B. Du Bois² de que “*o trabalhador negro venceu a guerra civil por meio de uma greve geral que transferiu o trabalho do fazendeiro confederado para o invasor do Norte*”, disse:

“Se meus ancestrais, sendo escravos, puderam dirigir a maior greve geral da história deste país, enfrentando os mega milionários e as grandes corporações, nós também podemos”.

Não é exatamente um chamado à greve geral, como alguns no DSA e da esquerda afirmam, mas também não é um “Votem em mim e eu vou libertá-los”.

INTERVIR OU IGNORAR?

Alguns socialistas revolucionários argumentam que o DSA é reformista demais para ser interessante. Entendemos esse raciocínio, mas não concordamos. São 80 mil jovens, em sua maioria, trabalhadores,



que se identificam como socialistas, que querem construir um partido da classe trabalhadora. São jovens que estão ativos em seus sindicatos, no movimento pelos direitos dos imigrantes e em solidariedade à Palestina, debatem questões políticas e discutem se devem ou não dar um passo decisivo para apresentar candidatos independentes dos democratas. Em nossa opinião, nós, revolucionários, precisamos estar aí.

A classe trabalhadora estadunidense precisa de um partido revolucionário, mas os revolucionários ainda estão longe de poder construí-lo. Somos poucos e nossa influência é limitada. Precisamos encontrar maneiras de nos conectar com os trabalhadores e jovens ativistas. Acima de tudo, nos sindicatos e movimentos sociais. Mas também em espaços explicitamente políticos. De fora, no caso da campanha de Mamdani e, de dentro, no caso do DSA. É o que acreditamos como correto.

A estratégia para construir um partido revolucionário é óbvia. Como alcançá-la é um tema para debate, e não apenas nos Estados Unidos. O PSOL no Brasil, Die Linke na Alemanha, a Nova Frente Popular na França, Your Party na Grã-Bretanha. Intervir ou ignorá-los? Se a definição política for intervir, por dentro ou por fora? O congresso de dezembro de 2025 da Liga Internacional Socialista (LIS) debaterá isso em profundidade. *

1. New Deal: planejamento econômico baseado nas ideias do economista John Maynard Keynes e implementado nos EUA por Franklin Delano Roosevelt após a Crise de 1929.

2. William Edward Burghardt Du Bois: cadêmico da Universidade de Atlanta, um dos principais pensadores sobre raça e a situação dos afro-americanos e fundador da Associação Nacional para o Progresso de Pessoas de Cor – NAACP. Fonte: <https://naacp.org/find-resources/history-explained/civil-rights-leaders/web-du-bois>



DSA: uma ponte para um **PARTIDO INDEPENDENTE** ou uma **ALA ESQUERDA** dos democratas?

POR VINCE GAYNOR

Os Socialistas Democráticos da América (DSA) se tornaram uma organização de massas durante a campanha de Bernie Sanders em 2016. Milhares de jovens se filiaram, inspirados na defesa do socialismo democrático e na crítica ao establishment político. O DSA cresceu rapidamente, atingindo mais de 80 mil membros em seu auge. Tornou-se a maior organização socialista que existiu nos Estados Unidos em quase um século.

Embora a estratégia histórica fosse pressionar o Partido Democrata à esquerda, muitos na esquerda começaram a ver o DSA como uma possível ponte para a construção de um novo partido dos trabalhadores. Setores que passaram a dirigir uma parte importante da organização propuseram a estratégia da “ruptura suja”.

Isso implicava em usar temporariamente as cédulas eleitorais democratas para alcançar um público massivo, enquanto se prepararia uma cisão para formar um partido independente em um futuro indeterminado. Mas, com o tempo, a “ruptura suja” se perdeu na prática. Ao invés de se afastar, o DSA se assimilou à política democrata. Em 2020, a maioria das figuras eleitas apoiadas pelo DSA se apresentou como democratas e permaneceu dentro da máquina do Partido Democrata. O DSA voltou a fazer campanha para Sanders e, depois, para Biden contra Trump. Os congressistas do grupo, como Alexandria Ocasio-Cortez e Rashida Tlaib, se posicionaram com a política democrata progressista, não rompendo com ela.

A direção do DSA fala de “construir poder” dentro do Partido Democrata, em vez de abandoná-lo. Mesmo os membros da ala esquerda, raramente falam de um plano concreto para a

independência. O debate sobre a “ruptura suja” foi substituído por vagos apelos para formar uma “ala socialista democrática” dentro do partido.

O retorno de Trump à Casa Branca e a vitória de Zohran Mamdani nas primárias, para prefeito de Nova York deram um novo impulso ao DSA. Há mais ativismo, mais debates internos e uma crescente rejeição aos compromissos do Partido Democrata entre alguns setores. Mas isso não produziu uma ruptura política e a organização parece estar se consolidando como a ala esquerda do Partido Democrata.

Em vez de ser uma ponte para um partido independente, o DSA está desempenhando o papel de reincorporar ativistas radicalizados ao Partido Democrata. Enquanto isso, a crescente polarização política e social no país é tal, que milhares de ativistas radicalizados já consideram o DSA muito moderado e, simplesmente, parte do establishment.

Os revolucionários de hoje não estão em melhores condições do que aqueles que tentaram mudar a orientação do DSA por dentro, entre 2016 e 2020, quando contavam com cenário muito mais favoráveis. A perspectiva de construir nossas próprias fileiras dentro do DSA também não parece ser melhor do que há 5 ou 10 anos, quando muitos revolucionários moderaram sua política, ao invés de ampliar dentro do DSA.

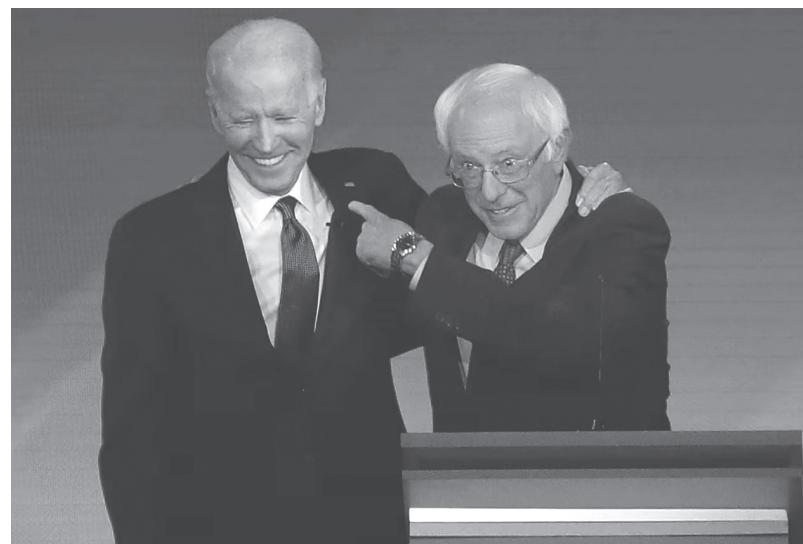
Existem melhores perspectivas aos revolucionários na colaboração de organizações socialistas, com independência de classe, como a Plataforma de Unidade de Esquerda, fundada em julho pela Tempest, Workers Voice, Socialist Horizon, Solidarity e Marxist Humanists. Essa coalizão de defesa mútua dirige o comitê de defesa de Tom Alter¹, debate uma intervenção coordenada nas lutas e tem o potencial de desenvolver maiores níveis de unidade política entre alguns de seus membros.

Também existem boas perspectivas para um reagrupamento de revolucionários em uma organização unida mais forte, capaz de organizar muitos ativistas recentemente radicalizados, que não se sentem atraídos por alternativas mais moderadas, como explicado na Declaração da Socialist Horizon “Por que precisamos de um partido revolucionário e como construí-lo”.²

Além disso, construir uma organização socialista, revolucionária, independente e mais forte, pode influenciar mais o DSA, seus membros ou setores, a romperem com os

democratas, do que podemos esperar alcançar por dentro de suas estruturas atuais.

Ao mesmo tempo, a esquerda estadunidense encontra-se em um estado dinâmico e fluido, e pode mudar significativamente com a intensificação dos ataques e das lutas. Não se unir diretamente ao DSA não significa deixar de explorar diferentes táticas de colaboração ou trabalhar conjuntamente com o DSA ou com outros setores da esquerda em diversas áreas onde isso possa fazer sentido.



**Joe Biden e
Bernie Sanders**

Todos esses debates são importantes e devem ter como objetivo produzir as táticas mais adequadas em cada momento para a estratégia de construção do partido revolucionário de que precisamos.

Nos dias 8 e 9 de novembro, os diversos membros da Liga Internacional Socialista nos EUA, incluindo o Socialist Horizon, membros do Tempest e outros socialistas, se reunem em Chicago para definir nossa orientação para a luta contra a ofensiva MAGA e para impulsionar o reagrupamento revolucionário nos EUA e internacionalmente.

1. Link da campanha: <https://defendtomalter.org/>

- O Comitê é uma coalizão de professores, alunos, funcionários, membros de sindicatos e apoiadores da comunidade dedicados a proteger a liberdade acadêmica e os direitos de liberdade de expressão. Fonte: LIS, disponível em: <https://lis-isl.org/pt/2025/10/estados-unidos-universidade-estadual-do-texas-demite-alter-campanha-nacional-em-sua-defesa/>.

2. <https://puntorojomag.org/2025/08/08/por-que-necesitamos-un-partido-revolucionario-y-como-construirlo-un-llamado-al-reagrupamiento-revolucionario/>

DIE LINKE: a caminho de UM PARTIDO que ORGANIZE a CLASSE?



“Nós somos a esperança”. Assim é o início da declaração do *Die Linke*, pretendendo ser mais do que uma palavra de ordem, adotada na conferência do partido em 10 de maio. É uma frase que quase ninguém teria proferido há um ano. No entanto, o sucesso nas eleições nacionais, os consistentes índices de aprovação de 10% nas pesquisas e o aumento expressivo no número de membros, que ultrapassou 115 mil em maio de 2024 (mais que o dobro em abril de 2024), explicam esse otimismo renovado. A maioria dos novos membros é jovem e composto por mulheres. Atualmente, 60% dos membros têm cerca de 35 anos ou menos, e 44,5% são mulheres (40% há um ano). O *Die Linke* pretende não apenas “espalhar” essa esperança na luta por “um futuro além de Trump, Merz e Musk”, mas também “organizá-la”.

POR MARTIN SUCHANEK

O sucesso político nas eleições nacionais e o crescimento contínuo fortaleceram a ala reformista de esquerda do partido, representada pela presidente Ines Scherdtner (ex-editora-chefe da revista *Jacobin Germany Magazin*) e pela presidente do grupo parlamentar Heidi Reichennek. Essa mudança na dinâmica interna do partido também se refletiu em sua conferência. Por outro lado, a ala tradicional de direita, os chamados “*Regierungssocialisten*” (“socialistas de governo”), estão na defensiva, apesar de manterem suas posições dentro do aparato partidário. Além disso, a saída do setor “campista” populista e racista de Sarah Wagenknecht atraiu novos membros que desejam um partido operário socialista em vez de um populista. Embora termos como “classe” e “socialismo” não tenham desempenhado um papel decisivo por muito tempo, o partido agora

almeja construir um partido operário socialista e “organizador”.

UMA MUDANÇA NA SITUAÇÃO POLÍTICA

O crescimento do *Die Linke* reflete a busca, por parte dos trabalhadores e jovens, por uma alternativa política aos partidos tradicionais de “esquerda”, como o PSD, de direita reformista e social-chauvinista, e o Partido Verde, totalmente liberal e burguês. Contudo, embora o partido reconheça a profunda crise global do capitalismo, não consegue compreender suas raízes. Para o *Die Linke*, a resolução das contradições internas do modo de produção não é o que dá origem à luta pela redistribuição do mundo entre as antigas e as novas potências globais, à ascensão da direita, à crise da democracia burguesa e ao aprofundamento da catástrofe ambiental. Em vez disso, o cerne do problema é o neoliberalismo, a falta de “regulação” e de “distribuição justa”. Consequentemente, a principal tarefa não se torna derrotar o sistema, mas “democratizá-lo”.

Como isso será possível? Como podemos impedir que governos de esquerda “transformadores” — como os estrategistas do partido idealizam — implementem novamente políticas neoliberais? Sob o pretexto de “um governo rebelde”, essa é a “nova” fórmula controversa que o *Die Linke* está propondo. No entanto, a maioria dos dirigentes reformistas e estrategistas do partido, centrados em seu *think tank*, a Fundação Rosa Luxemburgo, enxergam uma “frente popular” com os Verdes e o PSD, os sindicatos e todas as forças pequeno-burguesas e burguesas “progressistas” como uma solução.

Como os estrategistas do partido sabem que esse tipo de governo se voltaria rapidamente contra sua própria base, a ideia é pressioná-lo com um movimento operário e movimentos sociais que acompanhem o governo mas também funcionem como pressão «antagônica», ou seja, o *Die Linke* sendo parte do governo e da oposição ao mesmo tempo. Isso é, na realidade, uma forma de mascarar sua estratégia reformista clássica da esquerda. Todas as experiências de intensificação das lutas de classes mostram que governos burgueses e operários (isto é, qualquer governo composto exclusivamente por partidos reformistas), e ainda mais

governos de frente popular — coalizões de partidos reformistas e abertamente burgueses e capitalistas — não implementam a agenda da classe trabalhadora e dos setores oprimidos. Pelo contrário, acabam defendendo a agenda da classe dominante e seu sistema contra os ataques “rebeldes” ou mesmo revolucionários de sua base.

Como a direção e os estrategistas do *Die Linke* consideram a política comunista revolucionária “ultrapassada”, se apegam ainda mais obstinadamente à utopia reformista.

Isso fica evidente quando analisamos a perspectiva sobre a União Europeia, a guerra e a paz, e a política internacional em geral. Assim como a política do *Die Linke* na Alemanha é, do começo ao fim, a política da democracia burguesa, o mesmo ocorre com a política da UE em nível europeu. Permanece um segredo para o *Die Linke* por que a UE, como bloco imperialista, deveria se tornar pioneira na justiça climática, justiça social e democracia. Isso é coerente com o fato de que nem a Alemanha nem a UE são mencionadas como um Estado ou bloco imperialista na resolução. Identifica potências mundiais agressivas exclusivamente fora da UE: a Rússia de Putin e os Estados Unidos de Trump.

Internacionalmente, a posição do *Die Linke* é pacifista. Em relação ao genocídio em Gaza, a direção do *Die Linke* distanciou-se do movimento por quase dois anos e chegou a votar a favor de diversas moções reacionárias e pró-sionistas no parlamento alemão.

OPOSIÇÃO DE ESQUERDA

As resoluções aprovadas, para além da moção principal e das polêmicas sobre o rearmamento e a Palestina, também provam que nem tudo permanece igual. É possível convencer milhares de novos membros a adotar uma política diferente se conseguirmos desmascarar as contradições e limitações do reformismo, tanto na prática como na teoria. A moção sobre a definição de antisemitismo, aprovada contra a maioria da direção do partido, demonstra isso. Grupos de trabalho pró-Palestina foram criados em várias seções regionais, pressionando o partido a se manifestar e mobilizar em apoio ao movimento de solidariedade com a Palestina. Na manifestação de mais de 100 mil pes-

soas em solidariedade em 27 de setembro, milhares de membros se mobilizaram e, na fala, Inés Schwerdtner, presidente do partido, teve que se desculpar pelo silêncio e falta de apoio do partido nos últimos dois anos. Claramente, o pedido de desculpas chega escandalosamente tarde, mas também demonstra a pressão exercida pelo movimento e dentro do próprio partido, onde direção já teve de ceder duas vezes.



Além disso, prometeram reorganizar o partido. Com esse objetivo, diversas prioridades foram identificadas, além das atividades dos grupos locais e de trabalho. A meta é construir a organização e a prática sindical no local de trabalho, especialmente em locais onde o Die Linke já possui forte presença, como na saúde. O Die Linke pretende lançar uma campanha nacional para o congelamento dos aluguéis, apresentar projetos de lei relevantes no Bundestag e organizar uma conferência de ação.

Finalmente, também existe um debate interno no Die Linke sobre o Estado, seu caráter e estratégias para superar o capitalismo, desafiando tanto os reformistas quanto os frente populistas. Essas são elaborações políticas importantes dentro do partido, entre setores críticos da classe trabalhadora alemã e entre a juventude radicalizada. Portanto, o partido lança uma pergunta a todos os revolucionários que não querem permanecer à margem: como podemos conquistar ativistas entusiasmados com o engajamento na política revolucionária?

QUE DEVEM FAZER OS REVOLUCIONÁRIOS?

Em vez de ficarmos à margem, contentando-nos arrogantemente com a ideia de que

sempre soubemos que os reformistas trairiam a classe, devemos buscar ativamente abrir o debate no exato momento em que a estratégia está sendo debatida. Porque o reformismo é, em última instância, uma forma ideológica que os trabalhadores expressam seus interesses dentro da estrutura do capitalismo, dentro dos limites do sistema. É o reflexo político de lutas econômicas que não desafiam o sistema em si, que a reproduzem. Esta é uma das razões pelas quais o reformismo está tão profundamente enraizado, apesar de acumular mais de 100 anos de traição de classe. É também por isso que não revelará sua verdadeira natureza “por si só”, ressurgindo de várias formas. Portanto, devemos desenvolver táticas concretas contra o reformismo e intervir nos processos de reorganização que mobilizam dezenas de milhares.

Por outro lado, uma orientação revolucionária dentro do Die Linke só faz sentido se o reformismo for constantemente criticado e combatido na prática. Aqueles que não conseguirem se libertar das ilusões permanecerão presos aos seus limites. Sem essa crítica, a intervenção revolucionária no Die Linke é impossível e fadada ao fracasso. Além disso, ninguém deve se iludir achando que o partido como um todo está a caminho de se tornar um partido revolucionário. Pelo contrário, o reformismo não só está profundamente enraizado como ideologia e em sua prática diária — parlamentar, municipal e sindical —, como o partido, apesar de todos os seus desejos de exercer maior controle sobre seus representantes parlamentares, é dominado não por seus membros, mas por um poderoso aparato. Ninguém deve alimentar a ilusão de que mesmo uma parcela significativa desse aparato, muito menos a maioria, possa ser defensora de políticas revolucionárias.

Esses 60 mil novos membros certamente vêm de diferentes setores do partido e, em geral, esperam que Die Linke realmente ajude a frear o giro à direita e a mudar as condições sociais. Esse processo não pode, e não irá, se desenvolver sem oposição, mas inevitavelmente levará a conflitos internos no partido sobre várias questões — antifascismo, guerra, rearmamento, Palestina, burocracia sindical, etc. — que precisarão ser abordadas profundamente. As principais áreas de ação devem ser:

• Luta de classes contra o governo

O objetivo deve ser construir uma ampla aliança da classe trabalhadora e dos setores oprimidos contra a crise, uma aliança que **a) mobilize contra os ataques do governo e b) lute por demandas concretas, como o aumento salarial e a redução da jornada de trabalho para toda a sociedade.** Mas o giro à direita não pode ser detido apenas pelas lutas econômicas; mobilizações antirracistas e uma orientação internacionalista também devem ser integradas a esses movimentos com lutas conjuntas para ajudar a superar as divisões. Por outro lado, surge outra questão imediata: se somos contra o governo Merz, *o que realmente queremos e como podemos alcançar isso?*

• Por uma política de luta de classes nas ruas e nos sindicatos!

A política do *Die Linke* de que “*todo membro do Die Linke deve também ser membro de um sindicato*” é mais do que bem-vinda. No entanto, não basta integrar os seus próprios membros nos sindicatos ou substituir o SPD como força dominante no aparelho sindical, para depois continuar com as mesmas políticas de apoio estatal que fazem com que milhões de camaradas sofram perdas salariais reais, ou que os impedem de aproveitar o potencial dos movimentos sociais por medo de greves. Precisamos de um programa coerente para a democratização dos sindicatos, cujas características básicas expressamos no nosso programa de ação.

• Por um partido combativo, revolucionário e internacionalista!

Isso significa utilizar o *Die Linke* como campo de batalha, não como objetivo final, desenvolvendo a consciência das limitações da política reformista e da necessidade de uma ruptura revolucionária. Isso significa construir uma fração revolucionária dentro do partido, que critique abertamente seu aparato enquanto organiza simultaneamente uma base política socialista. O objetivo não é ganhar 10 membros para uma pequena organização independente, mas travar uma luta de forma que a questão da estratégia revolucionária seja debatida em um nível mais elevado, com o intuito de realmente avançar

as lutas. Isso só é possível se nos unirmos e intervirmos em diferentes espaços:

- a) **Programa:** construir conjuntamente um programa de ação socialista com demandas de transição.
- b) **Organização:** construção de estruturas supraregionais de camaradas com uma perspectiva revolucionária, por exemplo, uma plataforma política.
- c) **Tática:** com uma posição resoluta sobre conflitos (por exemplo, Palestina, OTAN, nacionalização), incluindo moções e iniciativas para mudanças e contrapropostas às resoluções da conferência do partido.



- d) **Lutas reais:** mobilizações antifascistas, greves, protestos de inquilinos, participação em projetos do próprio partido sobre a questão dos aluguéis ou iniciativas em locais de trabalho e sindicatos, criação de comitês de greve e ação em escolas, universidades e locais de trabalho.

Deputados do Die Linke Vinzenz Glaser, Cansin Köktürk, Charlotte Neuhäuser e Lisa Lizzy Schubert segurando a bandeira palestina durante uma sessão do Parlamento alemão

As janelas que se abrem para esses debates não permanecem abertas para sempre. Mesmo que muitos membros hoje estejam impressionados com o sucesso e a coerência do “novo” *Die Linke*, a questão do objetivo final do partido surgirá em todas as frentes da luta de classes: cogestão capitalista ou revolução socialista? É tarefa dos socialistas lutar onde houver vida e demonstrar como a revolução socialista pode se tornar realidade.

Reino Unido: YOUR PARTY TROPEÇA ANTES MESMO DE COMEÇAR



POR RONI TURUS

A tentativa de Jeremy Corbyn e Zarah Sultana de fundar um novo partido despertou entusiasmo na esquerda fragmentada e desmoralizada. Mas as disputas pela direção, as divisões ideológicas e a velha inércia ameaçam frustrá-la. A classe trabalhadora precisa de um projeto político independente.

A esquerda inglesa, *palavra* aqui usada intencionalmente para diferenciá-la de outros condados como Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte, busca um lar há muito tempo. Desde o neoliberalismo de Margaret Thatcher e a derrota dos mineiros, essa esquerda

se fragmentou e transformou-se em um pequeno grupo ineficaz. Ao longo dos anos 1990 e 2000, nos piores momentos, seguiu o Partido Trabalhista por um caminho mais social-democrata, apesar de suas críticas. Nos melhores momentos, tentou transformar os movimentos sindicais em movimentos combativos e radicais. Falhou em ambos os objetivos.

No entanto, quando Zarah Sultana e Jeremy Corbyn decidiram fundar um novo partido, a porta ligeiramente entreaberta deu alguma esperança e perspectivas à esquerda para se reagrupar. Este emocionante projeto galvanizou as pessoas e, em pouco tempo, 800 mil pessoas declararam sua intenção em ser membro/se filiar ao novo partido, chamado *Your Party* [Seu Partido].

O fracasso do Partido Trabalhista, a cum-

plicidade dos movimentos sindicais e a falta de um movimento operário decidido desmobilizaram as massas, impedindo a abertura de novos caminhos à política radical e ao reagrupamento.

Será que o *Your Party* poderia abrir novos caminhos para a classe trabalhadora radical e concentrar as expectativas massivas da classe nessa nova organização? Aparentemente sim.

O fracasso do Partido Trabalhista abriu as portas, há muito tempo, a um novo partido de esquerda. O mesmo Partido Trabalhista que, desde 1997, cortejou a elite rica, barões da mídia de direita, como Rupert Murdoch, enquanto se aproximava dos neoconservadores em Washington que declararam guerra ao Iraque e ao Afeganistão, violando leis internacionais.

O atual Partido Trabalhista chegou ao poder com poucas expectativas e fracassou estrondosamente em menos de um ano, mesmo em cumprir as mais modestas delas.

Os trabalhistas se dedicaram a atacar os aposentados, as famílias mais pobres e as pessoas com deficiência. Até mudaram de posição sobre os temas ambientais. Atacaram os imigrantes com operações em restaurantes e lojas, onde geralmente os imigrantes mal remunerados trabalham sem qualquer tipo de garantia trabalhista, expondo na televisão e nos jornais para demonstrar que serão mais duros com os imigrantes do que o ultra conservador Nigel Farage ou qualquer outro.

A nível internacional, os trabalhistas têm dado o seu total apoio ao genocídio na Palestina, fornecendo armas, equipamentos, apoio logístico e credibilidade internacional a Israel. Aproveitaram a oportunidade de uma sessão fotográfica com Trump, apesar de terem sido humilhados repetidamente.

Competindo com o partido reformista de extrema direita, o Partido Trabalhista está tentando mostrar os dentes; ou seja, demonstrar que pode ser mais duro com os imigrantes para derrotar Nigel Farage e seus seguidores, consolando também os empresários ao não aprovar o projeto de lei dos direitos dos trabalhadores no parlamento e respondendo a Trump e Israel em nível internacional.

Nestas circunstâncias, este é um campo aberto para a unificação da esquerda, mobilização de sua força e enfrentamento dos políticos e partidos reacionários.

Tudo isso parece ter se tornado uma possibilidade com o lançamento do *Your Party*. O entusiasmo, o debate político, a lenta partici-



Jeremy Corbyn
e Zarah Sultana

pação de alguns sindicatos, a abertura de espaços aos grupos oprimidos, a incorporação das questões ambientais e de gênero em seu núcleo, juntamente com uma política internacional justa, parecem ser um passo na direção correta. Mas, uma questão entra como um elefante na sala: quem será a direção do *Your Party*?

Em 24 de julho, Zarah Sultana anunciou que ela e Jeremy Corbyn estavam co-fundando um novo partido político com o nome provisório de “*Your Party*”. O anúncio foi recebido com frieza por Corbyn e seu círculo íntimo.

Surgiram preocupações dentro da equipe de Corbyn de que Sultana estivesse tentando concentrar a direção do partido nela e em Corbyn. Por outro lado, Sultana temia que o círculo de Corbyn estivesse trabalhando para marginalizar seu papel na formação do partido. Ela se sentiu obrigada a tornar isso público para contrariar o que percebia como uma estrutura emergente de “liderança coletiva” que a marginalizaria.

Apesar dessas tensões, ambas as partes deixaram de lado, temporariamente, suas divergências pelo interesse público maior. Assim, por um tempo, houve uma trégua.

Enquanto isso, as direções sindicais mostraram pouco entusiasmo pelo *Your Party*. Apenas um punhado de indivíduos e pequenos grupos independentes, muitos dos quais defendem uma nova formação política, expressaram seu apoio. A relutância dos principais líderes sindicais não foi uma surpresa, já que muitos têm laços políticos e pessoais profundos com o Partido Trabalhista. É improvável que rompam esses laços tão cedo. Alguns poucos podem oferecer apoio simbólico ou gestos para conter seus membros de base, mas quando enfrentarem pressão política, espera-se que a maioria recue e apoie o Partido Trabalhista.

No entanto, em nível local, alguns setores sindicais começaram a se alinhar com uma visão política classista. Em particular, ativistas do RMT (Sindicato Nacional dos Trabalhadores Ferroviários, Marítimos e dos Transportes), possivelmente o sindicato mais radical do Reino Unido, realizaram uma reunião intitulada “*Your Party: qual é o papel do RMT?*”. Também aconteceram debates nas bases, mas, em nível nacional, o movimento sindical ainda não se envolveu significativamente com o projeto.



Photo by Ian Forsyth, Stringer, Getty Images

A esquerda radical, por outro lado, mostrou mais entusiasmo. Grupos como o *Partido Socialista dos Trabalhadores*, o *Counterfire* e o *Partido Socialista* apoiaram a iniciativa e se comprometeram a construí-la. O Partido Comunista Revolucionário foi um passo além, declarando sua intenção de se unir e transformar o partido em uma vanguarda marxista revolucionária.

Isso, no entanto, provocou conflitos internos. Algumas figuras dentro da direção do *Your Party* expressaram sua oposição em permitir que membros da esquerda radical se unissem, revelando fissuras iniciais na unidade do partido. A questão de quem poderia se juntar foi adiada para debates futuros.

Existem também divisões ideológicas entre os parlamentares envolvidos no projeto. Suas opiniões divergem significativamente sobre questões fundamentais como meio ambiente, direitos de gênero, classe social e política internacional. Parece que a Palestina é um dos poucos temas em que existe um consenso geral entre os parlamentares. No entanto, mesmo esse consenso se limita, em grande parte, a se opor ao genocídio em curso. A maioria desses parlamentares tem evitado questões mais profundas e fundamentais, como a rejeição ao sionismo e debates sobre o futuro tanto dos palestinos quanto dos judeus.

Alguns parlamentares mantêm posições notavelmente conservadoras sobre questões como igualdade de gênero, crise ambiental, classe social e política internacional. É provável que essas diferenças ressurgam periodicamente e possam se tornar profundamente divisionistas.

YOUR PARTY: SEU PARTIDO? NOSSO PARTIDO? DE QUEM?

Essas tensões chegaram a um ponto crítico em 18 de setembro de 2025. Zarah Sultana e sua equipe enviaram convites formais de adesão àqueles que haviam manifestado interesse no *Your Party*. Em apenas 20 minutos, Jeremy Corbyn desautorizou publicamente a medida, classificando os convites como “não autorizados” e afirmando que estava buscando assessoria jurídica. O partido também encaminhou o acontecimento ao Gabinete do Comissário de Informação.

Em resposta, Sultana acusou Corbyn e outros parlamentares de dirigirem um “clube de homens sexistas” com a intenção de excluir as mulheres do processo de fundação

do partido. Ela afirmou ter sido deliberadamente marginalizada por membros do grupo de trabalho do partido e anunciou que estava buscando assessoria jurídica sobre o que chamou de acusações difamatórias para desacreditá-la. O que se iniciou como uma iniciativa antissistema agora parecia se transformar em disputas legais e burocráticas. Seria trágico se não fosse cômico.

Em meio ao caos, surgiu um novo grupo que se autodenomina *Our Party*, exigindo que a direção fosse transferida para um comitê de transição composto por um secretário-geral sindical, um advogado do movimento social e um representante do movimento climático. O *Our Party* tenta assumir o controle do *Your Party*.

O QUE DEU ERRADO E O QUE PODEMOS ESPERAR?

O que começou como uma tentativa ousada de construir uma nova alternativa de esquerda está mergulhado em lutas internas, ameaças legais e divisões ideológicas. Sem uma estrutura democrática sólida, uma direção unificada e transparência sobre filiação, o projeto corre o risco de entrar em colapso antes mesmo de efetivamente iniciar.

O problema central que o novo partido enfrenta parece ser o de direção, especificamente, quem irá dirigir e como os membros poderão disputar a direção do partido. Para ser uma força genuína de mudança, a organização deve centrar as vozes e experiências da classe trabalhadora, dos jovens, da comunidade LGBT-QIA+, dos ativistas ambientais, dos movimentos internacionalistas, dos grupos oprimidos e das mulheres.

Para sobreviver e prosperar, o partido deve democratizar sua estrutura de direção e seus processos de tomada de decisão. Deve estabelecer regras de filiação transparentes e democráticas e promover um espaço para um debate aberto e baseado em princípios sobre a direção política.

A alternativa é deixar o partido nas mãos de um pequeno grupo de parlamentares privilegiados, muitos dos quais não conseguem chegar a um acordo sobre questões fundamentais que afetam a maioria da população desse país. Sem a participação ativa dos grupos mencionados acima, é provável que o *Your Party* seja atormentado por conflitos internos, alguns tão absurdos e dramáticos quanto uma tragédia grega. Não há necessidade de uma segunda versão do Partido Trabalhista. Este projeto deve ser algo fundamentalmente diferente, ou corre o risco de se tornar irrelevante antes mesmo de começar. 

YOUR PARTY é a luta por UMA POLÍTICA da CLASSE TRABALHADORA

POR KD TAIT



Neste momento, a Grã-Bretanha vive um sentimento avassalador de desânimo: cansaço da austeridade, trabalhadores no limite e gerações inteiras manipuladas para aceitarem esse declínio.

As famílias trabalhadoras, os jovens e os setores oprimidos que antes viam o trabalhismo como proteção contra os ataques da ofensiva neoliberal, hoje o veem como garantia de austeridade, militarismo e aprovação ao genocídio em Gaza.

Nesse contexto, o novo partido de esquerda formado por Jeremy Corbyn e Zarah Sultana gerou muito entusiasmo, e isso deve ser canalizado para uma tarefa fundamental: construir um partido comprometido com a política e transformação socialista enraizada no desenvolvimento do poder organizado da classe trabalhadora em nossas comunidades, sindicatos e movimentos sociais.

Embora Corbyn seja internacionalmente conhecido como o ex-líder do Partido Trabalhista, Sultana foi eleita pela primeira vez para a Câmara dos Comuns em dezembro de 2019 e atua como deputada independente desde setembro do ano passado. Isso ocorreu após a ala trabalhista do

parlamento revogar seu status de deputada oficial do partido por ter votado a favor da abolição do limite de dois filhos para o recebimento de benefícios sociais. Na época, Sultana declarou que “faria novamente” e acusou o governo de fazer com que pessoas com deficiência sofressem deliberadamente. A Aliança Independente inclui outros quatro deputados independentes, os chamados “*Independentes de Gaza*”, nenhum dos quais possui histórico político trabalhista ou classista.

UMA ESPERANÇA INICIAL... MAS E DEPOIS?

O lançamento do *Your Party* criou uma esperança. Após anos de derrotas, traições e desmora-



lizações, reacendeu a possibilidade de uma alternativa real. A indignação nas ruas, nos locais de trabalho e entre os jovens demonstra a urgência e a realidade da necessidade de um partido de massas da classe trabalhadora. Contra a austeridade, a guerra imperialista e a crescente ameaça da extrema direita, um partido como esse poderia ser a arma de que nossa classe precisa.

Mesmo que apenas um setor da classe se tornasse membro ativo do partido, essa força política, provisoriamente chamada de *Your Party*, poderia representar uma ruptura histórica entre a esquerda com o Partido Trabalhista. Nossa tarefa é romper não apenas com este velho partido, mas com o próprio trabalhismo, e avançar rumo ao socialismo revolucionário.

UMA DIFAMAÇÃO DESMORALIZANTE

Grandes esforços estão sendo feitos para impedir isso. Mas quem pensa que as campanhas difamatórias da imprensa burguesa estão preju-

dicando a consolidação do partido *está enganado*. Nas últimas semanas, tanto Corbyn quanto Sultana fizeram tudo o que podiam para sabotar esse novo projeto; a situação parece pior do que qualquer *Guerra das Rosas*.

Embora se soubesse desde o início que Corbyn estava insatisfeito com a iniciativa de Sultana, as disputas se intensificaram em meados do mês de setembro. Após anos de silêncio quase total, Sultana enviou um convite por e-mail com um link para o pagamento da anuidade do partido; Corbyn e outros apontaram que o portal não era autorizado, pediram a seus apoiadores que cancelassem os pagamentos e criticaram o fato de os dados estarem sendo coletados sem coordenação prévia. Em resposta, Sultana acusou Corbyn e seu círculo de excluí-la e se referiu a um “*clube machista*”. Por um breve período, ambos ameaçaram entrar com ações judiciais, mas Sultana anunciou posteriormente que se absteria de tomar medidas legais “*como um ato de boa vontade*” para continuar trabalhando em prol de uma estrutura democrática.

As diferenças entre os dois são tênues. Mas o que está claro é que Sultana, ao declarar o Partido Trabalhista como “*morto*” e tomar a iniciativa de lançar o novo partido, está se opondo a Corbyn que, na melhor das hipóteses, favorece uma coalizão eleitoral de deputados e vereadores que pressionará o Partido Trabalhista sem causar uma divisão dentro do movimento.

DIVISÕES NA DIREÇÃO

Por todas essas razões, a ruptura entre Jeremy Corbyn e Zarah Sultana está causando grande confusão e raiva entre os apoiadores do *Your Party*. Seções locais, que cresceram por todo o país, agora enfrentam um dilema: paralisia ou um debate sobre o caminho a seguir. A tarefa urgente é reunir, debater, coordenar e não esperar que os “líderes” em conflito resolvam sua disputa.

Muitos apoiadores do *Your Party* naturalmente simpatizarão com a defesa dos princípios de Sultana. Mas a realidade é que nenhum dos lados oferece uma explicação concreta de como veem o programa e a estratégia de um novo partido como uma ruptura definitiva com o Partido Trabalhista ou com o chamado “*ecopopulismo*” do novo líder do Partido Verde, Zack Polanski.

Ao contrário, os métodos consistiram em superar-se mutuamente por manobras burocráticas e, em seguida, recorrer aos seus advogados. Essa

divisão é meramente o resultado previsível de um projeto imposto de cima para baixo, construído nos corredores de Westminster e orquestrado por grupos de assessores.

Com os Verdes sob nova liderança de esquerda e os líderes sindicais sem se sentirem pressionados a romper com o Partido Trabalhista, um novo partido de esquerda tem a responsabilidade de dar uma resposta resoluta sobre por que nem o reformismo social-democrata nem o ambientalismo verde de classe média podem oferecer soluções para a classe trabalhadora.

POPULISMO SEM DEMOCRACIA

O que está em jogo é o projeto eleitoral populista de James Schneider (*da Internacional Pregressista e ex-conselheiro de Corbyn*), sem verdadeira democracia, estrutura e prestação de contas, desmantelando a organização da classe trabalhadora, reduzindo-a a uma massa atomizada de indivíduos. Nem Corbyn nem Sultana se opuseram às suas propostas antidemocráticas para a organização da conferência.

Um e-mail de 15 de setembro afirmava que “milhares” de delegados seriam “selecionados” por sorteio para a conferência inaugural em novembro, supostamente para garantir uma representação equilibrada em termos de gênero, região e formação. Segundo o e-mail, esses delegados têm “uma grande responsabilidade: debater os documentos fundadores, apresentar emendas e votá-las na conferência”. A decisão final cabe a todos os membros, por meio de um sistema online baseado no princípio de “um membro, um voto”.

Já sabemos que Corbyn não está muito interessado em prestar contas à base. Como líder do Partido Trabalhista, se opôs à reeleição obrigatória para parlamentares, a orçamentos não aprovados, ignorou votações na conferência que não lhe agradavam e entregou antissionistas aos lobos na caça às bruxas antisemita. Quando o *Momentum* ameaçou se tornar um veículo democrático para a organização de base, ele e seus aliados o fecharam. Centralizaram o poder, marginalizaram as seções locais e sufocaram o debate em nome da “unidade”.

O resultado foi a desmobilização e a destruição do próprio movimento que o havia levado à liderança. Essa mesma hostilidade em relação à democracia de base se repete em *Your Party, agora disfarçada de sistema de “um membro, um voto”*.

“Um membro, um voto” não é empoderamen-

to, mas uma fachada para que poucos controlem a situação. Os líderes decidem sobre quais questões os membros podem votar. Isso atomiza os ativistas, transformando-os em indivíduos passivos, enquanto aqueles com plataformas parlamentares ou veículos de comunicação exercem influência. A verdadeira democracia consiste em seções, delegados e o direito ao debate e à revogação de mandatos, não em votações online impostas de cima para baixo.

UMA QUESTÃO DE PODER

Não se trata de uma questão técnica, mas estratégia de classe. Tirar o poder dos bilionários não pode ser feito apenas por meio de manobras parlamentares. Mesmo que um partido de esquerda conquistasse a maioria no parlamento, a classe dominante resistiria por meio da mídia, do judiciário, das forças armadas e da polícia. A luta exige uma classe trabalhadora organizada e militante, não um apoio eleitoral passivo.

É por isso que os atalhos populistas são tão perigosos. O perigo não é que *o Your Party* esteja “radicalizado demais”, mas que, por meio da política classista, liquide o populismo vazio, substituindo os porta-vozes famosos por uma organização concreta da classe trabalhadora.

Apesar de tudo, o que é necessário para construir um partido de verdade existe: solidariedade com a Palestina, uma onda de greves, comunidades defendendo os pedidos de asilo, jovens radicalizados pela cultura e pelas mobilizações. O potencial é imenso. Alguns milhares de ativistas organizados e enraizados nessas lutas valem muito mais do que 800 mil assinaturas online.

OUR PARTY EM “VIAGEM A JERUSALÉM”

A iniciativa online *Our Party* se apresentou como uma renovação popular. Na realidade, parece mais uma fração não declarada, reciclando o mesmo modelo fracassado com um verniz democrático.

Uma “equipe de transição” escolhida a dedo, composta por dirigentes sindicais, advogados e ativistas “de confiança”, sem prestar contas a ninguém, supervisionará a eleição do Comitê de Fundadores, *com o princípio de “um membro, um voto”*. Seções inteiras são omitidas. Não é de conhecimento público quem redigirá os documentos da Conferência, as emendas serão selecionadas online e os delegados serão escolhidos por sorteio.



Isso não é democracia participativa. É pura cortina de fumaça. Bem menos democrático que a conferência do Partido Trabalhista!

É simples: nem o grupo de Corbyn, nem a fração de Sultana, nem *o Our Party* representam um caminho a seguir. Todos se apegam à mesma fórmula fraca: populismo de cima para baixo, referendos sem debate e eleitoralismo sem luta.

O CAMINHO A SEGUIR

O que precisamos não é de mais um partido fantasma ou de panelinhas, mas de um verdadeiro partido operário enraizado nos locais de trabalho, nas comunidades e nas ruas — um partido construído a partir das lutas reais da nossa classe. Isso significa voltar-se para fora e construir um partido através da luta contra o fascismo, o imperialismo e a austeridade.

As seções *do Your Party* devem tomar a iniciativa de organizar essas lutas agora. Propomos os seguintes pontos de partida:

- **Uma frente única de trabalhadores contra o fascismo e em defesa dos migrantes.** Organizar-nos em nossas comunidades, escolas e locais de trabalho. Sem depender da polícia ou dos tribunais: autodefesa dos trabalhadores e da juventude.
- **Ação direta de massas para romper laços com o genocídio sionista.** Ocupações, bloqueios, boicotes e ações operárias contra Israel e a venda de armas.
- **Mobilização nacional contra a austeridade e os cortes.** Luta por um programa emergencial

aos trabalhadores: congelamento de aluguéis, controle de preços, propriedade pública da energia e habitação, e tributação dos ricos para financiar empregos e serviços.

A redistribuição de poder e influência entre líderes e seus seguidores não dependerá do envio de cartas vindas da base. Seguindo o princípio de que a classe trabalhadora não precisa de “*salvadores de cima*”, acreditamos que as seções locais devem exigir acesso aos recursos e informações dos membros para contatar ativistas em suas áreas e, sem pedir permissão:

- Cada região elege dois delegados para as conferências regionais, que por sua vez podem eleger delegados para um comitê organizador democrático da conferência.
- Exigir uma conferência nacional soberana de delegados das seções para decidir as políticas e eleger seus dirigentes.

Esta é a democracia de que precisamos: que dê poder aos ativistas na luta e responsabilize os dirigentes na prática.

A ruptura entre Corbyn e Sultana é prova suficiente de que projetos populistas de cima para baixo, verticalizados, terminam em paralisia e traição. Mas se ao menos um setor dos 800 mil membros e das dezenas de filiais abraçar a luta de classes e a democracia de base, será um verdadeiro passo à frente, pelo qual valerá a pena lutar.

A resposta ao *Your Party* mostra que chegou a hora de construir uma alternativa ao Partido Trabalhista, um partido que lute pelos interesses da classe trabalhadora. Vamos criá-lo! 🌐

Da Liga Comunista ao NPA, A HISTÓRIA DE UMA DERIVA



Esta reconstrução crítica da Liga Comunista (LC) e do Secretariado Unificado (SU) perpassa meio século de reviravoltas, rupturas e capitulações de uma corrente que, nascida como expressão do trotskismo revolucionário, acabou se dissolvendo no oportunismo. Vamos nos concentrar no surgimento (2009) e na deriva do Novo Partido Anticapitalista (NPA), que terminou em uma ruptura (2022) onde surgiram: o NPA-A, como continuidade oportunista, e duas novas organizações revolucionárias, o NPA-Revolucionários e a Revolução Permanente (RP). Aqui abordaremos as antigas polêmicas e os novos debates surgidos no calor dos processos políticos da luta de classes.

POR GÉRARD FLORENSON

Segundo Lenin, o esquerdismo é a doença infantil do comunismo. Podemos acrescentar que o oportunismo é sua doença senil. As crianças crescem e aprendem, e as doenças infantis geralmente são curadas; por outro lado, os idosos não rejuvenescem e, salvo em alguns casos individuais, os oportunistas, os antigos revolucionários que renunciaram à revolução, não voltam às convicções de sua juventude. Marcados por seus próprios fracassos, uma “meia-noite do século”¹, se agarram às fórmulas ilusórias dos reformistas de sempre e oferecem seus serviços na esperança de que estes, agradecidos, lhes deixem um lugar na mesa dos grandes, onde acontece a distribuição de cadeiras.

Isso merece algumas retificações linguísticas; da “reconstrução do movimento operário sobre novos eixos” passou-se aos apelos a uma nova união

da esquerda. Uma vez esquecidas as fronteiras de classe, aceita-se sem protestar a vergonhosa retirada dos candidatos da Nova Frente Popular (NFP) do segundo turno das eleições legislativas de 2024, o que permite aos eleitos da direita supostamente republicana conservar seus assentos, com o pretexto, é claro, de derrotar os fascistas.

A LIGA COMUNISTA (DEPOIS LCR), PILAR DO SECRETARIADO UNIFICADO

É preciso remontar ao período anterior à fundação da Liga Comunista em 1969 para reconstruir parte da história da Internacional Mandelista (Secretariado Unificado) na França.

Em 1952, após a expulsão por Pablo da maioria do Partido Comunista Internacionalista, a minoria desse partido aplicou a linha do entrismo no Partido Comunista Francês (PCF). A repressão da revolução húngara em 1956 provocou rupturas e expulsões no partido stalinista, e o relatório Khrushchev, inicialmente camuflado pelos dirigentes do PCF, gerou muitos debates internos. Mas foi a política tímida do partido durante a revolução argelina que abalou a União dos Estudantes Comunistas. Quando o PCF pediu a *“paz na Argélia”* sem apoiar a reivindicação de independência, os jovens se colocaram na linha de frente das manifestações contra o envio de contingentes armados para reprimir os insurgentes, com os quais simpatizavam, e alguns até participaram do apoio concreto à Frente de Libertação Nacional (FLN). Quando o Partido Comunista decidiu apoiar no primeiro turno das eleições presidenciais de 1965 o político burguês François Mitterrand, envolvido na repressão aos nacionalistas argelinos, os jovens voltaram à linha de frente para protestar contra esse escândalo.

Outro teste decisivo aos jovens revolucionários foi o apoio à revolução vietnamita, com enormes manifestações na maioria dos países, incluindo nos EUA. Eles participam, juntamente com outras correntes e figuras públicas, do *comitê nacional vietnamita*, o que perturba o PCF, sempre relutante em aceitar o que não está sob seu controle, tentando limitar a política de *“Vitória do FNL”* para *“Paz no Vietnã”*.

Os militantes do Partido Comunista Internacionalista (PCI) — entre eles Alain Krivine — aproveitam essa situação de crise da direção stalinista, combinada com a radicalização de amplos setores da juventude escolarizada, para construir

uma corrente marxista revolucionária dentro da União dos Estudantes Comunistas (UEC). A direção do PCF reagiu expulsando-os, livrando-se ao mesmo tempo também dos *“italianos”*², militantes estudantis que questionavam stalinismo, e aqueles que simpatizavam com o maoísmo.

Em 1966, os militantes trotskistas expulsos fundaram a Juventude Comunista Revolucionária (JCR), que contou inicialmente com 150 militantes, principalmente estudantes do ensino médio e universitários, e cresceu até organizar 300 no início de maio de 1968. Este artigo não analisa a greve geral daquele ano, mas o dinamismo da JCR e seu compromisso permitiram que se fortalecesse e ganhasse grande influência na *“geração de maio”*, que viveria sucessivamente a traição do PCF (e da direção da CGT, sob seu controle) e a intervenção militar da URSS e seus satélites para liquidar a *“Primavera de Praga”*. Uma juventude radicalizada surgiu com força à esquerda do PCF, manifestando seu apoio à luta do povo vietnamita e simpatizando com Cuba, que pareceu encarnar outro comunismo, combativo e internacionalista, cujo símbolo era Che Guevara, assassinado pela ditadura boliviana.

Apesar do governo gaullista ter dissolvido o PCI e as JCR, assim como outras organizações de extrema esquerda, a opção pela clandestinidade foi descartada para aproveitar a publicação do jornal *“Rojo”* (Vermelho), que reivindicava sua cor frente à bandeira tricolor dos stalinistas, e a constituição de comitês em torno do jornal com a perspectiva de criar um partido revolucionário.

Foi tomada a decisão de fundir a JCR com o PCI e de filiar a nova organização à Quarta Internacional. A Liga Comunista³ foi fundada em abril de 1969 e sofreu imediatamente uma pequena cisão de militantes provenientes da JCR que se recusavam entrar na Quarta em nome de uma abertura para outras correntes revolucionárias mundiais.

A Quarta Internacional (também chamada de Secretariado Unificado - SU) foi assim reforçada por uma seção muito mais importante que o PCI, bem implantada entre a juventude e que lhe proporcionou novos dirigentes.

Cabe ressaltar que o SU daquela época conta entre suas fileiras com o Partido Socialista dos Trabalhadores (SWP) dos EUA, que havia conquistado muitos militantes e influência no movimento antiguerra, partidos da América Latina e organizações da Europa, algumas delas nada desprezíveis, como na Suíça, Bélgica e Espanha,



onde a LCR lutava clandestinamente sob o franquismo, e outras mais marginais, como na Itália, onde dominavam os grupos maoístas e, sobretudo, os autônomos, estes últimos com uma forte base operária.

O SU da época era muito diferente de sua caricatura atual. Ao mesmo tempo, a maioria de sua direção, da qual a LC se tornou um pilar, mostrava um seguidismo em relação às direções pequeno-burguesas e stalinistas dos movimentos revolucionários, repetindo os erros políticos de Michel Pablo. Assim, a Liga Comunista manifestou-se entoando os nomes de Ho Chi Minh e Che Guevara, esquecendo que o primeiro havia assassinado os trotskistas vietnamitas, e em um de seus panfletos considerava que Cuba, Vietnã e Coreia do Norte⁴ poderiam constituir um novo eixo comunista não alinhado aos modelos chinês e soviético. Dentro da *"frente revolucionária indochinesa"*⁵, valorizou a radicalidade dos Khmer Vermelhos.

PARA A LIGA COMUNISTA, TUDO O QUE SE MOVIA ERA VERMELHO!

Há duas constantes nas posições da Liga nesse período. A primeira é a confusão entre os movimentos de massas e suas direções, stalinistas ou pequeno-burguesas. Criticar ou, pior ainda, denunciar essas direções equivaleria a recusar-se a

apoiar os processos revolucionários. A lista é longa, desde o Partido Comunista Vietnamita até os sandinistas, passando por muitos outros. Procura-se, inutilmente, a mínima advertência e segue-se esperando uma autocrítica real.

Mas o segundo critério é o da luta armada, e isso passa por cima de qualquer caracterização do programa. Não é de se estranhar que os dirigentes da Liga, assim como a maioria da direção da Quarta Internacional (SU), da qual se tornaram o motor devido a sua posição na França, se comprometessesem com a catastrófica linha da guerrilha em vários países, particularmente na Argentina com o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT) e seu braço armado, o Exército Revolucionário do Povo (ERP), e na Bolívia, onde era preciso retomar o trabalho de Che constituindo *"focos"* de guerrilha nas zonas rurais. Essa orientação virava as costas à construção de partidos dentro da classe operária. Teorizada por Livio Maitán⁶ e aprovada pelo congresso mundial da SU em 1969.

Por outro lado, o impressionismo impedi os dirigentes do SU de compreender as oportunidades que se abriam no movimento operário durante os breves períodos de reformismo militar (Velasco no Peru, ou Torres na Bolívia) e de compreender imediatamente a importância da Assembleia Popular na Bolívia (outubro de 1971), pois, segundo eles, o continente estava condenado às ditaduras reacionárias.

Ernest Mandel, histórico dirigente o SU, durante uma conferência



Essa orientação foi combatida por uma forte minoria no SU, agrupada em torno do SWP e da corrente denominada “morenista”. [Confira o texto fundamental desse agrupamento, a Tendência Leninista Trotskista (TLT)⁷]. Não é preciso acrescentar mais nada, basta a seguinte constatação: no 18º congresso mundial do SU, realizado em fevereiro de 2025, não havia representação na Bolívia, e da Argentina haviam apenas por dois pequenos grupos.

Tupamaros, FPL (El Salvador), FPLP (Palestina), IRA, ETA: a luta armada continuou sendo o critério principal, independentemente do programa. Evidentemente, os dirigentes da Liga ignoraram que existe o reformismo armado e continuam confundindo a solidariedade contra a repressão estatal com o apoio político acrítico.

NOVO PERÍODO E NOVAS OPORTUNIDADES PERDIDAS

É preciso destacar a especificidade da França, onde o movimento trotskista contava, até alguns anos atrás, com três organizações bastante numerosas: a Liga Comunista Revolucionária (LCR), Luta Operária (LO) e a Organização Comunista Internacionalista (OCI, “lambertista”)

com trabalho sindical, resultados eleitorais significativos (10% nas eleições presidenciais de 2002) e representantes eleitos (5 deputados europeus da LCR e LO em 1979, além de conselheiros regionais e municipais). Na Europa, situações comparáveis ocorreram na Grã-Bretanha, na Irlanda (organizações surgidas da tendência Militant) e na Suíça francófona com Solidarités, grupo simpatizante da SU, mas não na Alemanha, Itália, Bélgica ou Suécia. Em outros países, as seções da SU estavam integradas em organizações antiliberais, reformistas mais ou menos radicais.

A LO e a LCR fugiram então às suas responsabilidades. A LO renunciou rapidamente ao seu apelo a um novo partido lançado em 1995, após os 5,2% dos votos obtidos por Arlette Laguiller nas eleições presidenciais, para voltar à sua linha sectária e tradicionalmente obreirista e, considerando-se a única tendência proletária, criticavam os pequeno-burgueses da Liga que se dispersam em lutas secundárias (ecologistas, feministas, antirracistas, etc.). Paralisada pelo colapso da URSS⁸ e pela marginalização do PCF, incapaz de compreender a dinâmica das primaveras árabes e outras insurreições popula-

res, a LO é mais do que derrotista em relação à situação mundial. Segundo eles, os revolucionários só podem cerrar fileiras, tentar propagar suas ideias (propaganda muitas vezes abstrata) na espera de dias mais favoráveis⁹.

Sobre os mesmos acontecimentos, a LCR tomou outro caminho. Em cinco décadas, a França viveu a reconstrução do Partido Socialista, resultando na eleição de Mitterrand em 1981, e depois sua longa crise, que levou ao seu quase desaparecimento organizacional. O PCF, que junto com o PCI era o mais poderoso da Europa ocidental, além de controlar a CGT e estar bem implantado no sindicalismo docente, entrou em colapso. Por outro lado, surgiram e se desenvolveram novos movimentos sociais e o liberalismo econômico, que parecia se impor após o desaparecimento das *“democracias populares”* (o fim da História, segundo alguns), foi cada vez mais questionado com manifestações massivas e contracúpulas contra o G7, G8, G15, etc. A ATTAC, a Fundação Copérnico e outras organizações sintetizaram essa rejeição ao liberalismo sem questionar totalmente o capitalismo, com a ilusão de poder controlá-lo, até mesmo civilizá-lo. A defesa do meio ambiente e a luta contra o aquecimento global se tornaram questões cruciais, especialmente entre os jovens, com ilusões reformistas, até mesmo moralistas, que podiam ser combinadas com ações violentas. Os partidos reformistas e as burocracias sindicais, em declínio, tentaram aproveitar a onda desses movimentos mas foram incapazes de controlá-la.

Ao contrário da LO e dos lambertistas, a LCR compreendeu a importância dos novos movimentos sociais e se comprometeu com estes. Infelizmente, e com a maioria das seções do SU¹⁰, reproduziu os graves erros de seu período impressionista e guerrilheiro. Lula, depois Chávez e Evo Morales substituíram Che Guevara.

O GIRO AOS “PARTIDOS AMPLOS”

De congresso em congresso, a LCR e o SU transformaram essa fórmula em um elemento substancial de sua política para a França e para a maioria dos países, caricaturando as outras orientações. Aqueles que não aderiam à consigna do *“partido amplo”* eram sectários dedicados a manter vivos grupúsculos isolados e desconectados da realidade. O que poderia ter sido uma

tática, uma mediação para a construção de um partido revolucionário, tornou-se um conjuro e uma fachada para o pior oportunismo.

É importante deixar objetivo que não só não defendemos a constituição de “partidos estreitos” e autocentrados, como acreditamos que os partidos autenticamente revolucionários podem ganhar forças militantes e influência significativas no movimento operário. É claro que se pode pensar no partido bolchevique ou nos espartaquistas, mas os trotskistas também foram capazes de construir partidos numerosos e influentes. Dois exemplos: o LSSP no Sri Lanka e o POR na Bolívia. Analisar as razões de seu fracasso excede o escopo deste artigo, mas evidentemente se trata de razões de orientação política e não de que se não fossem “partidos amplos” no sentido do SU. As organizações trotskistas argentinas constituíram uma frente eleitoral, a Frente de Esquerda e de Trabalhadores – Unidade (FIT-U), que está obtendo alguns sucessos.

Outra questão é a das mediações. É absurdo querer impor a mesma tática em todos os países, independentemente das condições políticas, das oportunidades que se apresentam e das forças do grupo ou grupos revolucionários. Se *“seções inteiras”* de partidos operários reformistas, ou mesmo de partidos radicais pequeno-burgueses, se separam e buscam uma saída à esquerda, é perfeitamente concebível (e até inevitável, se a organização revolucionária conta com poucos militantes) unir-se a um novo partido. Se tivemos o exemplo do Brasil, onde, assim como em outros países latino-americanos, os partidos burgueses, conservadores e liberais, alternavam-se no poder entre duas ditaduras militares, os trotskistas acertaram em tentar criar um partido de trabalhadores com sindicalistas combativos, e depois abandoná-lo para tentar formar o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) quando o Partido dos Trabalhadores (PT) de Lula se consolidou como um partido reformista comprometido com a direita e que proibia tendências internas. Da mesma forma, os trotskistas italianos tentaram a experiência da Refundação Comunista quando este partido representava a ruptura de dezenas de milhares de militantes com o Partido Comunista Italiano (PCI), que derivava para a centro-direita abandonando toda referência de classe, mesmo formal. Hoje, questões da mesma ordem se colocam na Inglaterra e na Alemanha, e devemos debatê-las sem hesitações.



Sem medo, mas com alguns princípios. O primeiro é que os revolucionários mantenham sua organização independente dentro do “partido amplo”, sem esconder sua bandeira, dotando-se dos meios, imprensa e outros, para divulgar suas propostas e seu programa. Isso pressupõe que a direção do “partido amplo” aceite as tendências e facções, ao contrário do PT ou do Podemos. É claro que, sob uma ditadura, os meios de comunicação já não são os mesmos, mas há uma coisa que é indiscutível: a independência organizativa e programática dos marxistas revolucionários.

O segundo é que o objetivo é conquistar o partido em que militamos para o programa dos revolucionários. De acordo com as forças destes últimos, as organizadas no novo partido e seu caráter (centrista que pode evoluir à esquerda, reformista radical), os métodos podem ser diferentes, mas também aqui há fundamentos: lutar contra o eleitoralismo e, naturalmente, contra qualquer acordo com as forças burguesas e comprometer todo o partido no apoio às lutas. Não é algo que esteja ganho de antemão e a história mostra que as direções de direita podem organizar a cisão, mas travar essa luta política deve permitir conquistar a maioria do “partido amplo” para o programa dos revolucionários.

O ANTIGO NPA, DA CARICATURA DE “PARTIDO AMPLO” À DERIVA

Longe dos exemplos que citamos, o Novo Partido Anticapitalista (NPA) é um partido amplo autoproclamado, não tão amplo assim que, após um período bastante curto, seu número de filiados e seus resultados eleitorais ficaram abaixo dos da LCR.

Autoproclamado: nem os “setores inteiros” que romperam com os partidos reformistas, nem os agrupamentos de sindicalistas da “luta de classes”, nem setores significativos dos movimentos sociais se aproximaram; e a LCR fundou um novo partido a partir de sua única força organizada, atraindo essencialmente pessoas que já estavam próximas. Tentou ampliar suas forças suavizando o programa, abandonando toda formação marxista revolucionária aos novos filiados e os critérios mínimos de funcionamento, acentuando seus defeitos tradicionais, como a irregularidade das cotas, a não venda e até mesmo a não leitura da imprensa, a escassa participação nas reuniões e debates, confundindo, em definitivo, militantes com simpatizantes mais ou menos organizados. Mas dentro do NPA, os quadros e militantes do SU também coexistiam com os de outras correntes trotskistas, o

que os incomodava muito, pois estes últimos eram mais do que reservados sobre sua concepção de “partido amplo”.

O lançamento do Partido de Esquerda (PI) no mesmo momento da criação do NPA constituiu uma concorrência. Poderia ter ficado sem maiores consequências se o NPA tivesse afirmado seu caráter de partido aberto e ancorado em um programa revolucionário. Então, poderia ter conquistado militantes desanimados pelo funcionamento antidemocrático do PI e depois da LFI, ou pelo menos ter constituído uma frente revolucionária com estes.

Mas foi muito diferente. Mesmo antes da constituição do NPA, a tendência direitista da LCR, que questionava o que restava de suas referências comunistas revolucionárias, rompeu para se unir à Frente de Esquerda, aliança eleitoral do PI e do PCF. Foram recebidos de braços abertos, não exatamente por seu tamanho, mas porque pareciam enfraquecer o NPA. Os dissidentes, que se autodenominaram Esquerda Unitária, nada mais fizeram do que antecipar em alguns anos a deriva posterior do NPA-A!

Em 2018, ocorreu uma nova cisão à direita. Grande parte da direção histórica da Liga, minoritária no congresso do NPA, decidiu abandonar a organização e, sob o nome de Esquerda Anticapitalista, e se unir à nebulosa denominada Frente de Esquerda.

Poder-se-ia pensar que essas sucessivas rupturas teriam permitido recolocar o NPA nos trilhos e transformá-lo em uma ferramenta para avançar na construção de um partido revolucionário. Infelizmente, não foi o que aconteceu. A fração que, após a cisão, hoje forma o NPA-A, ligado ao SU, cedeu aos cantos de sereia da Nova Frente Popular (NFP), renegando o que restava das referências leninistas e trotskistas. Essa deriva é surpreendente por parte de camaradas que, em sua maioria, haviam feito parte da tendência de esquerda denominada *Révolution!*, que defendia um acordo com a LO em vez dos pseudoliberais e haviam combatido as derivas direitistas.

Agora, juraram lealdade à NFP. Tudo isso é produto do derrotismo, da renúncia a toda perspectiva revolucionária, considerada obsoleta. É de se temer que essa capitulação os leve a colaborar com a esquerda reformista e as burocracias sindicais para canalizar os protestos dentro do quadro institucional. Sempre se pode esperar uma recuperação, mas há poucas possibilidades, pois se os militantes do

NPA-A são ativos nas lutas, são sobretudo como sindicalistas radicais, e sua organização não lhes fornece nenhuma bússola política.

RUPTURA COM AS TRADIÇÕES DEMOCRÁTICAS DA LIGA

Para alcançar seus objetivos e, sem dúvida, para se tornarem apresentáveis aos olhos de seus aliados reformistas, tiveram que se livrar das tendências de esquerda, rebatizadas para a ocasião como facções sectárias que paralisavam o NPA, o mesmo vocabulário que os dissidentes da Esquerda Anticapitalista haviam usado contra estes. Para isso, desprezando todas as regras democráticas, interromperam o congresso e tentaram roubar a sigla.

Em um passado não muito distante, a democracia interna da Liga beirou o democratismo. Durante as eleições presidenciais de 2007, alguns militantes, entre eles um membro do bureau político, fizeram um apelo público ao voto em José Bové, quando Olivier Besancenot era o candidato da LCR. Não só não foram expulsos, como posteriormente recuperaram seu posto no bureau político.

O mesmo aconteceu com a tendência “*Claire*”, que pediu o voto em Jean-Luc Mélenchon em vez de Philippe Poutou em 2022.

Essa indulgência favorecia sobretudo as posições de direita. Por terem ousado propor um candidato à investidura do NPA, os companheiros do CCR foram condenados ao ostracismo. O fato de essa corrente — atualmente *Révolution Permanente* — ter preparado sua saída não muda em nada o escândalo dos métodos da direção do NPA.

E a Quarta Internacional (SU)? Engoliu muitas outras humilhações, endossou exclusões escandalosas como as dos militantes de Anticapitalistas, que depois constituíram a Izquierda Anticapitalista Revolucionária (IZAR) e, contra sua própria tradição, negou-lhes o status de grupo simpatizante. Se a ruptura do NPA não foi organizada com o aval do SU, é improvável que este a desautorize.

O NPA-A é agora sua seção na França, mas os responsáveis das cisões de direita anteriores continuam em suas fileiras, sem estatuto oficial. Você pode consultar o que escrevemos sobre seu 18º congresso, realizado em fevereiro passado. O SU é uma nebulosa em que as seções oficiais são escassas, em que o status de organização simpatizante perdeu todo o seu significado, em que podem ser encontrados até sete grupos, como no Brasil,



e que se vangloria do número de grupos convidados para suas reuniões. Por outro lado, algumas seções foram dissolvidas, como em Portugal, e o SU aceita filiados individuais sem se preocupar com seus próprios estatutos. E pensar que antes se autodenominavam o *“Partido Mundial da Revolução Socialista”*.

CONCLUSÕES E DEBATES

A história do Secretariado Unificado (SU) é o testemunho de uma oscilação permanente entre derivações ultra-esquerdistas (guerrilheirista e a adesão acrítica aos dirigentes pequeno-burgueses e stalinistas) e derivações oportunistas (apoio aos *“partidos amplos”*, sem distinção de classes, uma adaptação às correntes reformistas). Se afastaram da construção de um programa socialista revolucionário e se dissolveram em estruturas ou movimentos mais amplos, em vez de construir partidos leninistas.

Essa deriva reflete um afastamento crescente à perspectiva de um partido mundial da revolução socialista.

O SU tem uma responsabilidade esmagadora

do que se tornou o NPA-A: a liquidação política de uma organização que, em suas origens, pretendia ser uma referência aos setores radicalizados da juventude e da classe trabalhadora francesas. No entanto, é preciso destacar que os militantes do NPA que desempenhavam um papel importante nas instâncias internacionais compartilham essa responsabilidade.

O NPA-A multiplicou suas fraquezas: a fuga de militantes para variantes eleitoreiras e a subordinação à frentes amplas com os reformistas.

Infelizmente, a saída dos companheiros da *“Révolution Permanente”* antes do último congresso do NPA impediu a constituição de um bloco mais amplo para tentar corrigir a situação. A decisão de não levar a luta até o fim e privilegiar a autoproclamação foi, em nossa opinião, um grave erro.

DEBATES COM O NPA-R

O surgimento do NPA-R, como reação à cisão organizada em pleno congresso pela direção do NPA, com a cumplicidade do SU, abre uma possibilidade que não pode ser novamente frustrada. Para isso, é essencial:

- Reafirmar o programa revolucionário: o NPA-R não deve se reduzir a um espaço de “resistência”, obreirista e centrado em um sindicalismo combativo, coisas valiosas, mas insuficientes.
- É necessário um sólido programa de independência de classe e defesa da perspectiva de um governo operário.
- Uma demarcação com o reformismo. Construir um partido leninista com centralismo democrático, além de vínculos orgânicos às lutas operárias e populares.
- No quadro de uma estratégia internacionalista de reagrupamento dos revolucionários, longe do sectarismo dogmático da LO e da Lotta Comunista (Itália).

Baseamo-nos na experiência adquirida desde a adesão da OTI-PCL à Liga Internacional Socialista (LIS) este ano e no processo de integração em curso à LIS da Liga pela Quinta Internacional (L5I) e o MAS-Portugal, com vistas ao terceiro congresso que se realizará em dezembro de 2025.

Queremos dar prioridade aos acordos sobre as principais características e políticas da situação mundial e nacional, com base em um programa de transição. Sem ignorar as nuances ou divergências que persistem, mas tratando-as com o método do centralismo democrático dentro de uma mesma organização, ao mesmo tempo em que se constrói a confiança e uma nova tradição que transcenda as experiências anteriores.

Esperamos que no futuro se deem as condições para abrir um debate mais profundo entre o NPA-R e a LIS, que nos permita empreender um caminho comum rumo ao reagrupamento internacional dos revolucionários.

1. Título do romance de Victor Serge, uma crítica ao regime stalinista. O título tem uma forte conotação de fracasso. Nota do editor.
2. Em referência ao Partido Comunista Italiano, que se distanciou do stalinismo, ao contrário do PCF, que inicialmente ocultou o relatório de Khrushchev.
3. A Liga Comunista, ilegalizada pelo governo, foi reconstituída em 1974 com o nome de LCR.
4. Para a Liga, ao contrário dos Estados operários degenerados ou deformados da Europa Oriental, certamente existiam defeitos

burocráticos nesses países, mas não era necessária uma revolução política. Por isso, descuidou-se do que restava no exílio da seção vietnamita massacrada pelos stalinistas e considerou uma heresia querer criar uma seção da IV Internacional em Cuba (onde o grupo trotskista de tendência “posadista” havia sido dissolvido e reprimido). Por outro lado, segundo Ernest Mandel, a burocracia soviética defendia, à sua maneira, as bases do Estado operário contra o risco da restauração capitalista. Os acontecimentos lhe deram razão.

5. Essa frente era um produto da imaginação dos dirigentes da Liga, como revelou o conflito armado entre a direção vietnamita e os Khmer Vermelhos, os primeiros apoiados pela URSS e os segundos pela China.
6. Livio Maitán, dirigente trotskista italiano, contou com o apoio de Pierre Franck, veterano do PCI na direção da Liga, Ernest Mandel, Tariq Ali, Alain Krivine... A posição de Daniel Bensaïd, citado sob seu pseudônimo de Jebraq no texto da TLT, manifestava um guerrilheirismo ainda mais radical.
7. Posição da Tendência Leninista Trotskista: https://marxists.org/francais/4int/suqi/1972/suqi_1972000.htm (Francês) e <https://nahuelmoreno.org/1973-argentina-y-bolivia-un-balance/> (Espanhol). Este longo documento, assinado pelos antigos dirigentes do SWP dos EUA, dos “morenistas” do PRT argentino e por Hugo Blanco, merece ser lido na íntegra para compreender o que estava em jogo no debate. Centenas de companheiros morreram por causa dessa loucura política. As críticas à Liga Comunista na quarta parte deste artigo atesta o lugar que ela ocupa na tendência majoritária pró-guerrilheirista.
8. Luta Operária caracteriza a URSS como um Estado operário degenerado, mas único no mundo. Para estes, em toda outra parte, na Europa Oriental, China, Cuba, Indochina, a pequena burguesia esteve no poder.
9. LO excluiu as tendências que se opunham a esse derrotismo. Organizadas sob os nomes de Démocratie Révolutionnaire e L'Etincelle, se uniram à LCR e hoje estão no NPA-R.
10. No Brasil, a grande maioria da então seção do SU, Democracia Socialista, aceitou participar do governo Lula, aferrou-se no Partido dos Trabalhadores e finalmente rompeu com a Internacional. Os dirigentes da LCR e do SU se recusaram a levar adiante a luta política e a apoiar a minoria que rejeitava essa deriva e que teve que abandonar a DS com poucos militantes. No México, a maioria do PRT integrou-se ao PRD de Cárdenas e não saiu dele (enfraquecido) até que esse partido de centro-esquerda, se tornou claramente um pilar do sistema para depois depositar suas esperanças em López Obrador.

PALESTINA: dos acordos enganosos à UNIDADE HISTÓRICA da atual LUTA pela LIBERTAÇÃO



POR RUBÉN TZANOFF

“A guerra é a continuação da política por outros meios. Nas mãos do imperialismo, tanto a guerra quanto a paz são formas distintas da mesma política de opressão e pilhagem.” (Leon Trotsky. A guerra e a Quarta Internacional. 1934).

Esta citação desmascara a política imperialista e a natureza do acordo assinado entre os EUA, Israel e o Hamas. Analisemos desde o princípio.

7 DE OUTUBRO DE 2023, OUTRO CAPÍTULO DE UM CONFLITO HISTÓRICO

A milícia do Hamas atacou Israel executando uma operação tática ousada que expôs uma vulnerabilidade israelense e congelou os “*Acordos de Abraão*” para a “normalização” das relações com os Estados árabes, tutelados pelos EUA. Mas a operação “*Tempestade Al-Aqsa*” não contava com uma estratégia política sólida: subestimou a magnitude da reação e superestimou o apoio do Irã e dos países árabes, resultando em graves consequências.

O ataque é um marco que não inicia esse conflito, que data de 14 de maio de 1948, quando o Estado colonialista de Israel se impôs pela força contra o território palestino via operação do imperialismo britânico e outros cúmplices.

A opressão de sangue e fogo, em condições de inferioridade esmagadora dos palestinos, deu o direito de enfrentar os colonizadores com todos os meios ao seu alcance. Este reconhecimento não implica apoiar politicamente o Hamas, mas é formulado a partir da independência política de uma organização com a qual, além disso, temos grandes diferenças ideológicas e metodológicas.

UMA RESPOSTA CRIMINOSA COM ANTECEDENTES

O Estado de Israel acusou o impacto do golpe, mas se recompôs rapidamente e o usou como justificativa para a vingança.

Embora os conflitos entre Israel, Palestina e os países vizinhos tenham tido contextos e protagonistas diferentes, as comparações são pertinentes. Os ataques sionistas durante a crise do Canal de Suez (1956), a Guerra dos Seis Dias (1967) e a Guerra do Yom Kippur (1973) foram relativamente convencionais. A atual não o é, devido aos crimes em massa que remetem à memória do ataque original à Palestina (1947-1949).

Quando Netanyahu proclamou que buscava “concluir o trabalho” e dominar uma zona que “garantirá a segurança de Israel por gerações”, planejou anexações da Cisjordânia, além de partes do Líbano e da Síria. Assim, Netanyahu se apresenta como fiel continuador do pesadelo preferido pelos “sumos rabinos” sionistas Theodor Herzl e David Ben Gurion: conquistar a “Grande Israel”, um Estado judeu que se estende “do rio do Egito ao Eufrates”.

ÃO É UMA GUERRA, É UM GENOCÍDIO

A operação “Espadas de Ferro”, que começou com a declaração de guerra israelense, tem um balanço provisório de barbárie. Israel lançou milhares de toneladas de bombas que arrasaram bairros, hospitais, escolas e campos de refugiados, assassinou mais de 65 mil palestinos — a maioria destes foram mulheres e crianças

—, provocou a expulsão forçada, interna e externa, de mais de 3,4 milhões de pessoas e utilizou a fome, a sede e as doenças como armas destrutivas.

As forças israelenses cometem crimes contra a humanidade tão evidentes que vários órgãos e relatores especiais da ONU os classificaram como atos de genocídio, categoria que antes só havia sido adotada nos casos do holocausto, da Armênia, Ruanda e Srebrenica (Bósnia-Herzegovina). O reconhecimento é parcial, tardio e hipócrita, pois “perceberam” quando o desastre já estava consumado e continuam sem reconhecer a “Nakba” como o primeiro genocídio.

DESENVOLVE-SE UMA MOBILIZAÇÃO MUNDIAL SEM PRECEDENTES



Os massacres de civis causaram horror, lançaram luz sobre quem são as vítimas e quem são os agressores e estimularam mobilizações que inclinaram a balança da opinião pública. Milhões de pessoas, com os jovens à frente, expressaram sua solidariedade nos EUA, Europa, América Latina, África e Ásia. As manifestações da “Rua Árabe”, as ocupações estudantis, as greves dos trabalhadores e a tentativa da Flotilha Sumud Global de romper o bloqueio à ajuda humanitária são exemplos notáveis de luta apesar da resistência dos burocratas sindicais, das direções reformistas e da repressão estatal.

A solidariedade pressionou os governos a se distanciarem dos repetidos massacres, criticarem Netanyahu e isolarem Israel como nunca antes. Foi então que o imperialismo se dedicou totalmente a negociar a suspensão das hostilidades com a dupla intenção: enfraquecer a mobilização em ascensão potencialmente explosiva (com a experiência do Vietnã sempre latente) e permitir que o sionismo avançasse protegido por um escudo “diplomático”.

Com o cessar-fogo, a ofensiva generalizada para a ocupação total de Gaza foi circunstancialmente interrompida, o que permitiu o retorno de milhares de pessoas, mesmo que apenas aos escombros de suas casas ou em busca de seus familiares mortos. A cautelosa



A LIS participou da missão da Flotilha Sumud Global

Em pequenos veleiros, ativistas de vários países partiram de Barcelona rumo a Gaza com o objetivo de romper o bloqueio de Israel contra a ajuda humanitária. Nossa companheira Cele Fierro, do MST da Argentina, viajou no “Adara”, representando a Liga Internacional Socialista, a LIS.

O Estado de Israel os interceptou em águas internacionais, sequestrou todas as pessoas a bordo, impediu a entrega de alimentos e apreendeu os barcos. Mesmo assim, a missão solidária desempenhou um papel muito positivo ao ampliar a visibilidade do que estava acontecendo em Gaza e fortalecer a solidariedade.

- Protagonizou uma façanha coletiva. Foi levada adiante por trabalhadores, professores, estudantes, jornalistas, artistas e ativistas, partidários e independentes, com diferentes percepções, mas um ideal em comum, o que fortalece o valor do esforço coletivo acima da mesquinhez individual capitalista.
- Colocou o corpo no mar e os olhos na Palestina. Os ativistas relativizaram seu esforço em comparação aos habitantes de Gaza, focando a atenção mundial no genocídio e na fome.
- Exporam os governos. Desmascararam a inação e hipocrisia, exigindo a romperem com Israel e apro-

varem medidas de isolamento político.

- Resistiu às calúnias. O lobby israelense tentou desacreditar a missão como um grupo de “terroristas” passeando pelo Mediterrâneo. Falhou porque a Flotilha se alimentou da mobilização, a realimentou e recebeu seu apoio com ações e greves que a defenderam.
- Não se intimidou. Embora tenha sido ameaçada, atacada com drones, maltratada e sequestrada, seus membros não se curvaram e reafirmaram o compromisso com uma causa justa.
- Acolheu o internacionalismo organizado. Cele participou com esforço e coragem. Encheu de orgulho a militância da LIS e das organizações que a integram. Deu continuidade à nossa tradição internacionalista expressa com ações na Nicarágua, Bósnia, Ucrânia, Líbano e nos campos saaraui.

Leia aqui: “Cele Fierro na Flotilha rumo a Gaza”:



alegria dos habitantes de Gaza por terem sobrevivido à barbárie durante dois anos é mais do que compreensível, assim como é compreensível que não se pode esconder o sol com a peneira: não significa uma vitória da resistência. A abertura da janela que permite um respiro ao cerco chega com o ar contaminado de um acordo enganador.

UM ACORDO MENTIROSO, COM TRÉGUAS VIOLADAS E MAIS PREGUNTAS DO QUE CERTEZAS

O acordo assinado em Sharm el-Sheikh (Egito) favoreceu Israel e prejudicou a Palestina, como afirma a “*Declaração internacional: Por uma Palestina livre do rio ao mar. Não ao acordo mentiroso entre Trump e Israel*”, assinada pela Liga Internacional Socialista (LIS) e a Liga pela Quinta Internacional (L5I).

Sobre as tréguas, desde o início das hostilidades em 2025,

houve duas: de 19 de janeiro a 18 de março e de 10 a 19 de outubro, ambas violadas por Israel; a última, com a ação “proporcional” que os EUA gentilmente solicitaram, assassinando 73 pessoas com o lançamento de 153 toneladas de bombas em um único dia, outras três com tiros perto da “*linha amarela*” que “*demarca*”, sem sinalização física, o limite da retirada parcial das FDI e suspendeu a entrada de ajuda humanitária em Gaza.

A instabilidade fez com que os negociadores de Trump voltassem a Israel para preparar a visita do vice-presidente JD Vance, que tentará salvar o plano. A estipulação da reciprocidade condicionada, as indefinições e as ações per-

fídias dos sionistas levantam questões sobre o futuro: o plano será aplicado total ou parcialmente, ou será revogado? O Hamas será desmantelado? A Autoridade Nacional Palestina formará um governo fantoche? Qual será a reação da população palestina? A Cisjordânia continuará esquecida diante do avanço dos colonos? O que acontecerá com Netanyahu? Que atitude adotarão os vizinhos “reticentes” no Irã, Líbano e Iêmen?

As incertezas são complementadas pela polarização política e social expressa por milhões de estadunidenses que se manifestaram contra o autoritarismo nas entradas do falso “pacifista” Trump e pela continuidade das reivindicações globais pela Palestina.

OS ACORDOS QUE FORTALECEM A DOMINAÇÃO

Os Acordos de Camp David (1978) e Oslo (1993) reconheceram o Estado de Israel e criaram estruturas administrativas palestinas limitadas, sem encerrar a invasão nem o crescimento dos assentamentos israelenses ilegais. *Os Acordos de Abraão* (2020), que Trump esperava retomar, pretendem “normalizar” as relações políticas e econômicas regionais, marginalizando a Palestina. Os Acordos de Sharm el-Sheikh aprofundam os impactos negativos.

Os pactos locais não acontecem sem a interferência das potências e o aval dos governos e direções regionais que, no caso atual, são funcionais às ordens de Trump, como demonstram os apoios dos imperialismos chinês, russo e dos governos árabes que, representados pelas burguesias locais, buscam estabilidade para restabelecer seus negócios.

Nesse ponto, a citação inicial de Trotsky adquire uma validade crua e nos faz refletir sobre as lutas e a importância das direções.

GRANDES FATOS SEM DIREÇÕES À ALTURA DOS ACONTECIMENTOS

A Primeira Intifada (1987-1993), a Segunda Intifada (2000-2005) e a resistência ao genocídio (2023-2025) refletem um povo com uma vontade inabalável de sobreviver e ser livre. Regionalmente, essas lutas inscrevem-se na trajetória dos povos árabes do Egito, Síria, Iraque, Irã, Jordânia, Líbano e outros, que ao longo do século XX lutaram por sua independência principalmente

Denunciar o genocídio não é crime: Alejandro Bodart foi absolvido



Israel busca criminalizar o movimento de solidariedade com a Palestina com o apoio da justiça capitalista, dos governos e das corporações midiáticas. A censura, o bloqueio de contas, os julgamentos e as prisões se tornaram comuns. Faz isso com a falsa acusação de “anti-semitismo” contra os “anti-sionistas”, por criticarem a ideologia reacionária dessa corrente política. Além disso, classifica como “terroristas” qualquer política que se solidarizam com o povo oprimido e denunciam a barbárie feita pelo Estado de Israel. Tudo isso não passa de desculpas falsas e confusas para limitar a liberdade de expressão.

Na Argentina, a DAIA liderou a “inquisição” contra Alejandro Bodart (coordenador da LIS) por denunciar o genocídio, mas vem fracassando em sua tentativa de criminalização. Após várias instâncias, a última decisão judicial absolveu Bodart. O apoio unitário é fundamental para resistir e oferece a melhor ferramenta na defesa de outros dirigentes e ativistas perseguidos.

Leia aqui
“Absolveram nosso
camarada Bodart”



contra os imperialismos inglês e francês; e mais recentemente, nas revoltas da “Primavera Árabe” (2010-2013).

Infelizmente, as corajosas lutas pelos direitos democráticos e sociais obtiveram apenas vitórias parciais ou sofreram derrotas, essencialmente por responsabilidade dos líderes e das organizações que não estiveram à altura das circunstâncias.

Na Palestina, a Organização para a Libertação da Palestina (OLP), sob a direção de Yasser Arafat, decepcionou e hoje colabora com Israel na Cisjordânia por meio da Autoridade Nacional Palestina (ANP), controlada pela Fatah. Já a direção fundamentalista do Hamas, que substituiu a ANP em Gaza com uma gestão burocrática e reacionária, tomou decisões militares e políticas que deixam em aberto a questão sobre qual será a avaliação popular.

Manifestação em Buenos Aires pela liberdade da Flotilha Global Samud, 1 de outubro



DEBATES SOBRE A QUESTÃO NACIONAL E A SOLUÇÃO

A situação origina debates além da Palestina e do Oriente Médio, como a questão nacional. Há partidos como Lutte Ouvrière (França) e Lotta Comunista (Itália) que, sob a proteção do “internacionalismo”, rompem com o leninismo que afirma: “*O direito das nações à autodeterminação, ou seja, a formar Estados independentes e a separar-se dos Estados existentes, é um princípio democrático fundamental.*” (V. Lenin. *Sobre o direito das nações à autodeterminação*. 1914).

No Oriente Médio, esse ensinamento implica a defesa da existência de uma institucionalidade palestina, mas com que Estado? Respondemos polemizando com a proposta de “dois Estados”, ou seja, o reconhecimento de Israel e de um Estado palestino limitado à Cisjordânia e à Faixa de Gaza. Essa armadilha fragmentou e enfraqueceu a Palestina. Também não concordamos que seja possível uma “*Palestina Binacional*” utopicamente unida por “*ambas as classes trabalhadoras*” e pela igualdade de direitos para judeus e palestinos. Os palestinos são uma maioria expulsa que não sobreviveria em um Estado ideologicamente articulado para exterminá-los. Por outro lado, as alternativas religiosas fundamentalistas formam projetos reacionários e autoritários cada vez mais questionados por suas próprias bases.

REVOLUÇÃO SOCIALISTA: A ÚNICA SAÍDA ESTRATÉGICA

Enquanto a URSS sob o stalinismo apoiou a imposição do Estado de Israel,

a Quarta Internacional foi a única corrente que se opôs, legado que a LIS reafirma ao defender que a única via de alcançar uma paz justa e duradoura é derrotar o monstro fascista-sionista e construir uma Palestina livre, única, laica, não racista, democrática e socialista, governada pelos trabalhadores e pelo povo. Conseguir isso não será fácil, nem recairá exclusivamente sobre os ombros dos palestinos. É neste momento que surge no texto uma verdade irrefutável: “*A crise histórica da humanidade se reduz à crise de sua direção revolucionária*”. (Leon Trotsky. *O programa de transição*. 1938).

Para triunfar, é necessário o surgimento de novos dirigentes, organismos democráticos de poder dual e construir organizações socialistas revolucionárias sólidas, nacionais e internacional, que sejam capazes de dar às mobilizações um rumo consciente para a revolução socialista no Oriente Médio. O futuro da humanidade será definido na disjuntiva entre socialismo ou barbárie, uma linha política cuja resolução exige um passo no reagrupamento dos revolucionários.



Por uma Palestina livre, do rio ao mar.

NÃO AO ACORDO ENGANOSO

DE TRUMP E ISRAEL!

A imensa mobilização que não para de crescer — e a virada majoritária da opinião pública mundial em favor do povo palestino e contra o genocídio perpetrado pelo Estado sionista de Israel — acelerou as manobras do imperialismo para impor um novo e precário cessar-fogo, cujo objetivo é desmontar a mobilização internacional e permitir que o sionismo continue avançando por outros meios, apelando a um pacto contrarrevolucionário com as direções palestinas.

Compreendemos e compartilhamos a alegria da população de Gaza pelo fim dos bombardeios diários que sofreu durante dois anos e pela possível suspensão do bloqueio criminoso que gerou uma crise humanitária desesperadora. Mas é preciso dizer a verdade: isso não significa uma vitória da resistência palestina, como afirmam equivocadamente algumas organizações. A realidade é muito mais complexa.

O cessar-fogo foi alcançado em parte graças à extraordinária mobilização mundial e também pelo risco de que a situação angustiante em Gaza se tornasse imprevisível. Contudo, o acordo que o acompanha — firmado entre o Hamas e Israel — foi realizado sob as condições impostas pelos Estados Unidos. Os 20 pontos que o compõem, se chegarem a ser implementados, representarão um retrocesso na luta pela emancipação da Palestina, pois implicam aceitar a política do imperialismo para a região e legitimar a ocupação sionista.

Para alcançar esse acordo, o imperialismo contou com a colaboração direta do Catar, do Egito e da Turquia, além do aplauso cúmplice de toda a burguesia ocidental, das autocracias árabes e até mesmo da Rússia e da China.

O acordo — se o imperialismo conseguir evi-



tar que fracasse antes da segunda fase —, além da libertação dos reféns israelenses e dos prisioneiros palestinos, já em andamento, prevê a transformação de Gaza em um protetorado dos Estados Unidos, sob a tutela de um governo fantoche presidido por Donald Trump e Tony Blair.

O texto não exige de Israel a retirada total de suas tropas de Gaza nem o fim do avanço colonizador na Cisjordânia, mas impõe ao Hamas a obrigação de se desarmar e de não obstruir a formação de um novo governo de tecnocratas palestino “apolíticos” e “especialistas internacionais”, além de aceitar o assentamento de uma força militar estrangeira que assumiria o controle da Faixa de Gaza.

A resposta genocida do sionismo às ações do Hamas em 7 de outubro desencadeou uma mobilização internacional sem precedentes em apoio à Palestina como nunca se havia conseguido no passado. Ela superou seu epicentro histórico nos setores de esquerda e se espalhou pelos principais países imperialistas. Foi massiva nos Estados Unidos, com acampamentos radicalizados em universidades e setores importantes da comunidade judaica rompendo com o sionismo. Centenas de milhares e até milhões marcharam na Austrália e na Europa. Tudo isso ocorreu apesar de que os principais sindicatos e partidos social-democratas dos países imperialistas permaneceram à margem do movimento ou, na prática, mantiveram seu apoio a Israel. Além disso, os regimes do Oriente Médio (com exceção dos hutis) impediram que a chamada *Rua*



Árabe se mobilizasse com força suficiente para bloquear as relações com os sionistas e os Estados ocidentais que fornecem armas ao genocídio. Em vários países imperialistas, as organizações palestinas foram proibidas e milhares de manifestantes criminalizados ou até acusados de terrorismo. Apesar de tudo isso, o movimento cresceu e a recente greve geral e os bloqueios portuários na Itália, em solidariedade à Global Sumud Flotilla, impactaram o mundo, começando a se apresentar como um exemplo a ser seguido.

É um fato que os Estados Unidos e Israel, apesar do apoio cúmplice de toda a superestrutura capitalista, perderam a batalha pela opinião pública mundial. Este foi o resultado mais importante alcançado pela causa Palestina. Nunca antes na história Israel havia ficado tão isolado internacionalmente e recebido tanto repúdio e crítica.

No entanto, dois anos após o aprofundamento do genocídio, o povo palestino não está melhor do que antes de 7 de outubro de 2023. Gaza foi destruída e ocupada militarmente pelos sionistas; mais de 67 mil vidas palestinas foram perdidas — podendo ser ainda muito mais —, entre elas cerca de 20 mil crianças e dezenas de milhares de feridos e mutilados. A Cisjordânia continua perdendo território para os colonos sionistas e em Jerusalém Oriental a vida se torna cada dia mais difícil.

A ação do Hamas em 7 de outubro atingiu seu objetivo imediato de interromper o processo de “normalização” das relações entre Israel e os países árabes, conhecido como *Acordos de Abraão*. Mas a expectativa do Hamas de que o golpe contra Israel exercesse pressão suficiente para obrigar os a negociar um compromisso não se concretizou. Tampouco se verificou a hipótese de que o Irã responderia com força a uma reação brutal de Israel. Ficou evidente que o regime dos Mulás defende apenas seus próprios interesses capitalistas e de casta. Os regimes árabes também não apoiaram a Palestina e agora promovem esse acordo que busca a rendição da resistência, para retomar a rota da “normalização” nas relações com Israel e o imperialismo.

A aposta equivocada do Hamas terminou em genocídio, destruição e ocupação de Gaza e agora num pacto repleto de concessões, que lembra o assinado por Arafat em Oslo há mais de 30 anos. Não por acaso, pressionados pela mobilização, vários países

— como Espanha e Reino Unido — reviveram a fantasia dos dois Estados, que nem sequer aparece como objetivo do novo acordo.

Nenhum Estado palestino é possível enquanto existir, em suas terras históricas, um Estado colonial, expansionista e genocida. Ficou demonstrado que Israel jamais permitirá isso. Ao contrário, seu projeto estratégico é a limpeza étnica completa do povo palestino e a construção de uma “Grande Israel”, conquistando cada vez mais territórios.

Para alcançar uma paz duradoura e justa para o povo palestino e para todos os povos da região, é necessário, antes de tudo, derrotar o monstro sionista e sua permanente expansão colonialista. Enquanto o Estado terrorista de Israel — construído a sangue e fogo pelo imperialismo — continuar existindo, a única paz possível será a dos cemitérios.

Somente a construção de uma Palestina única, livre, laica e socialista, do rio Jordão ao mar Mediterrâneo, poderá permitir que os povos voltem a viver em paz. Mas essa solução não virá das burguesias árabes, dos mulás iranianos ou de pactos com os imperialismos existentes. Virá apenas das massas trabalhadoras árabes, que, à frente de uma revolução, derrubem os governos capitalistas da região, derrotem o monstro sionista e ergam uma federação voluntária de repúblicas socialistas em todo o Oriente Médio.

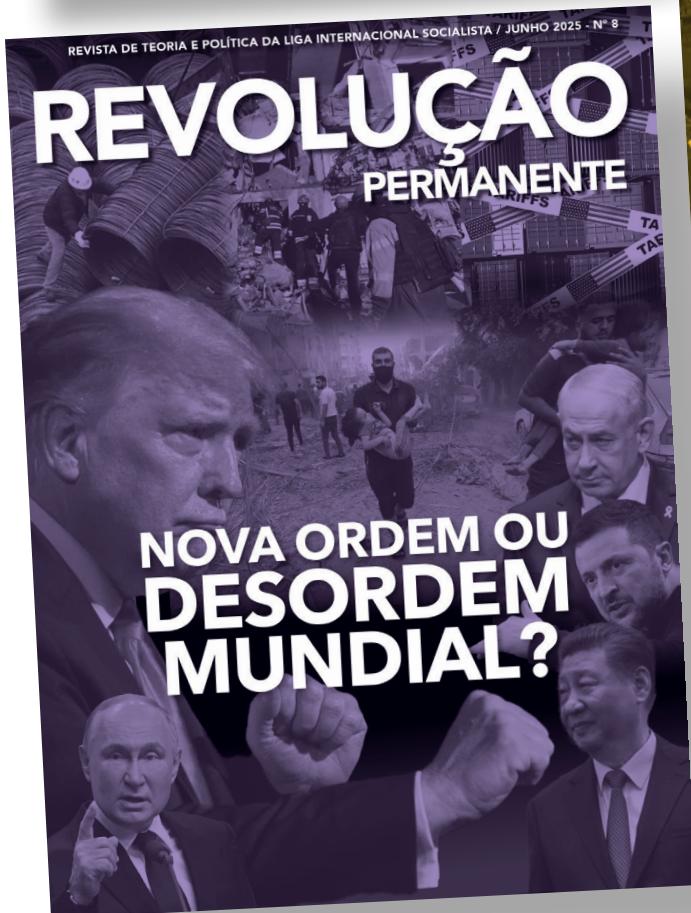
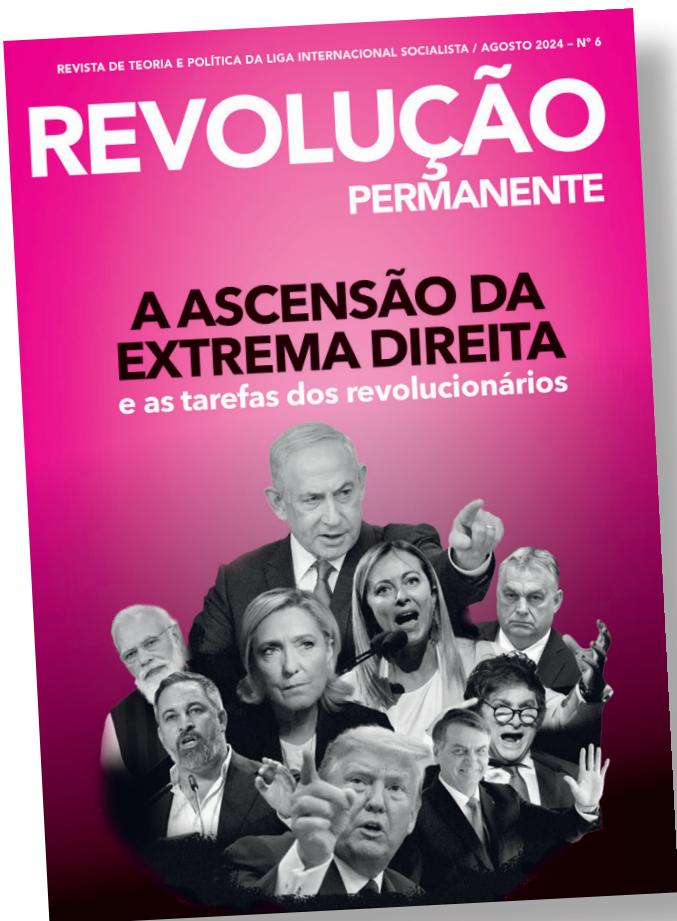
Em 1948, nossos antepassados políticos da Quarta Internacional, a única organização do movimento operário mundial que lutou contra o nascimento do Estado sionista, declaravam:

“Graças à direção burguesa e feudal dos países árabes — agentes do imperialismo —, fomos derrotados em uma etapa da luta contra o imperialismo; e devemos nos preparar para a vitória na etapa seguinte, isto é, a unificação da Palestina e do Oriente Médio em geral, criando a única força capaz de alcançar esses objetivos: o partido proletário revolucionário unificado do Oriente Médio.”

Essa é também, hoje, a estratégia à qual apostamos as organizações que assinamos esta declaração, e em cujo serviço nos comprometemos a impulsionar, apoiar e construir partidos revolucionários na região, reagrupando sem sectarismo os lutadores que compartilhem desses objetivos.



la montaña
EDICIONES SOCIALISTAS



Confira as edições
anteriores da REVOLUÇÃO
PERMANENTE



**PALESTINA LIVRE,
DO RIO AO MAR!**